

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ARTE
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

GISELE BILLION VARGAS

**A “VELHA ROUPA COLORIDA” DAS REVOLTAS DE JUNHO: O MEDIATIVISMO
E O DIREITO À CIDADE.**

Niterói

2015.2

UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL

GISELE BILLION VARGAS

**A “VELHA ROUPA COLORIDA” DAS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013: DO
MIDIATIVISMO AO DIREITO À CIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do grau
Bacharel em Produção Cultural.

ORIENTADOR: Professor Doutor João Luiz Pereira Domingues

Niterói

2015.2



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato:

Matrícula: 110.33.009

GISELE BILLION VARGAS

Título do Trabalho:

A "VELHA ROUPA COLORIDA" DAS REVOLTAS DE JUNHO: O MEDIATIVISMO E O DIREITO À CIDADE

Orientador: **Dr. João Luiz Pereira Domingues**

Categoria: **Monografica**

Data da Apresentação: **22/03/2016**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Dr. João Luiz Pereira Domingues**

2º Membro: **Dr^a. Ana Lucia Silva Enne**

3º Membro: **Me. Kyoma Oliveira**

AVALIAÇÃO:

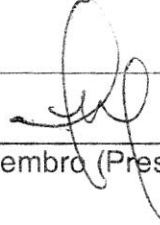
Análise / Comentário

A banca destacou a pertinência da temática, a estrutura e a escrita autoral. Ressalta ainda a procura em interpretações de lutas sociais sem subtração da poética como vetor analítico essencial. Recomenda-se à aluna a continuidade dos estudos em pós-graduação.

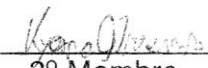
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

10,0 (dez)

ASSINATURAS


1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro

GISELE BILLION VARGAS

**A “VELHA ROUPA COLORIDA” DAS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013: DO
MIDIATIVISMO AO DIREITO À CIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do grau
Bacharel em Produção Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues.

Prof^a. Dra. Ana Lucia Silva Enne.

Prof. Kyoma Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Há seis meses, quando iniciei o trabalho de redigir este projeto final de conclusão de curso, após um longo período de planejamento no mundo das ideias, a única coisa que eu realmente queria escrever eram os agradecimentos. Fato é que optamos por realizar qualquer tipo de atividade a sentar e se dedicar a escrever. No meu caso, a procrastinação veio com o peso do medo, abracei a responsabilidade de agregar todo o conhecimento que adquiri durante esses seis anos de universidade, em um único trabalho. Essa ideia me fez realizar um movimento nostálgico, lançando-me na imensidão da ansiedade de compartilhar tudo que vivenciei, tudo que aprendi.

E, com certeza, citar as diferentes personagens que compuseram o corpo de elenco dessa novela mexicana de altíssima audiência, que foi a minha temporada na UFF, só aflorou a ânsia em querer acelerar ainda mais essa etapa da monografia. Porém, recordo-me bem quando expus essa vontade em um grupo de amigos e do recado de um deles, que já havia passado pela “sofrência” que é terminar uma graduação: “Gi, deixa para escrever os agradecimentos no final, porque vai te dar mais vontade de terminar, é a melhor parte!”. Querida Iô, obrigada pelo conselho.

Aos meus amigos, este trabalho dedico a vocês, que participaram de forma ativa no meu processo de descobrimento pessoal do que é ser em potência, nos dias de hoje. Com e por vocês, enxerguei-me como mulher, militante e pertencente ao mundo, o qual nós estamos fadados a viver em comunidade e em constante troca cultural, felizmente. Às irmãs que escolhi para serem minhas, ajoelho-me em gratidão pelo amor involuntário de vocês. Companheiras desde 2010.1, e com uma amizade embasada no preceito do “ciclo sem fim”, que é essa vida louca, em que “Deus falou: ‘faça por onde que eu te ajudarei”, considerando que “a lua vai ficar vermelha e Jesus só salvará quem ele quiser, porque é o apocalipse!”, enfim, com vocês a minha visão de mundo se torna mais agradável e reconfortante. Helena de Serpa, Mariana Darsie, Natália Lackeski e Negra Maria, obrigada por cada lacre desses últimos anos e da certeza de muitos outros tombamentos que estão por vir.

Não posso deixar de citar também aqueles que me ensinaram a apreciar a alegria de um riso frouxo, de quem apenas tem a certeza do presente por estar vivo. Ao grupo mais escandaloso e babado, o “Armada Ana Enne”, que nasceu no limite de uma sala de aula,

porém expandiu-se para além das margens da Baía de Guanabara, dominando diversos bairros cariocas, cidades adjacentes ao Rio, estados diversos desse país, além de celebridades internacionais...; enfim, a transparência da conclusão do pensamento do viajante Alexander Supertramp, só se tornou possível graças a vocês: “happiness only real when shared”. Aos meus: Bruno Ronsini, Bruno Rocha, Bruno Pestana, David Barenco, Eduardo Glasser, Clara Sacco, Carolina Galant, Fernanda Moraes, Ioná Ricobello, Lia Ribeiro, Pilar Diniz, Tatiana Moraes e Manoela Braga; todo o meu afeto, na sua forma mais pura, hoje e sempre.

Em 2014, Deus uniu os nossos futuros para que pudéssemos aprender uma com a outra, na experiência diária que é dividir uma rotina a dois. Esse casamento potenciou uma amizade que estava prometida desde 2010.1, quando entramos para o curso de Produção Cultural na UFF, e que se revelou numa cumplicidade linda de se vê. Branca Zuma, você sabe bem que essa monografia só saiu graças às suas dicas literária e porque você sempre acreditou em mim. (pausa para miado- muuuããããããnnnnn) Te amo.

Antes de iniciar as graças aos meus Mestres, gostaria de explicitar o meu reconhecimento à persistência da profissão de professor de uma universidade pública, onde muitas vezes o seu ofício se choca às péssimas condições de trabalho, tanto no âmbito da infraestrutura quanto nas relações sociais internas da academia; à falta de reconhecimento da sociedade; às longas jornadas de trabalho, que não condizem com o salário da carteira, e à difícil tarefa de problematizar as relações educacionais. Para além da posição hierárquica de educador, mas na crença no potencial de cada pessoa, sendo ela aluna matriculada ou não, pode-se dizer que eu tive os maiores orientandos da vida: Latuff Isaias Mucci (in memorian), Lucia Bravo, Wallace de Deus, Leonardo Guelma, Marta Ribeiro, Hélio Carvalho, Marina Bay Fridberg, Luiz Mendonça, Luiz Augusto, Marildo Nercolini, Ana Lucia Enne e João Domingues. Este último recebe um carinho para além de especial, não só pela paciência em me orientar, muito obrigada!

À minha família, coube-me a difícil tarefa de problematizar as nossas relações afetivas e sociais. Da consciência do zelo biológico aos pequeninos atos amorosos de compreensão de cada parte do meu eu, esta monografia foi concebida toda para vocês. Mãe e Pai ou Maria e José, muito do que eu sou e penso está contido nestas páginas. E em tudo há a presença de vocês. Muito obrigada pela paciência durante todos esses anos. E muito obrigada por me amarem e me aceitarem todos os dias, apoiando-me em todas as decisões e viagens, mesmo quando nem eu consigo enxergar. Vocês são os melhores!

Não posso deixar de citar a minha segunda mãe, a famosa Tia Barbara, que tanto me ajudou nessa etapa da vida; e também à pessoa mais incrível que eu tive a oportunidade de conhecer: Dra. Bertine Bezerra, se quando eu crescer conseguir chegar perto de conquistar 1% da sua beleza, inteligência e serenidade, com certeza saberei que sou a pessoa mais sortuda do mundo. Obrigada por me ajudar a viver a beleza de se estar vivo.

Ainmn, há muitas pessoas que eu gostaria de citar aqui, mas tenho medo que as páginas se estendam a mais que este trabalho. Minha irmã Elis; meu sobrinho Matheus; a todos os Billion e Vargas; meus amigos Kayto, Lanna , Hugo e Jônatas, : amo vocês!

E para finalizar, não posso deixar de agradecer a Deus pela força que me foi concedida para conseguir terminar esse trabalho e, também, por zelar por essa alma que tem consciência que lhe dá muito trabalho, mas que ama viver a beleza desse mundo e de suas descobertas. Como na bela canção de Gilberto Gil, “Andá com fé eu vou, que a fé não costuma faiá!”.

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise crítica a respeito da relevância do midiativismo nos encontros democráticos de ocupação espacial urbana, a partir do contexto histórico das Revoltas de Junho de 2013 e os seus reflexos nas lutas presenciais de direito à cidade, especificamente no território da cidade do Rio de Janeiro. A fim de legitimar o midiativismo como ferramenta política de lutas de classe e de disputas de narrativas, a lógica neoliberal aqui é abordada, de forma questionadora, a partir da sua representatividade pelos meios de comunicação, que quando aliados diminuem progressivamente a participação da população na construção diária de seu espaço de convivência, de sua cidade. Em resposta, por meio deste trabalho de conclusão de graduação em Produção Cultural, exponho essa mídia livre e independente como a variável ascendente de nossa época, justificando-a ao período histórico social e econômico da atualidade e a imersão da tecnologia da informação, em constante progresso, nos meios de se produzir políticas culturais.

Palavras-chave: Midiativismo; Democracia; direito à cidade.

ABSTRACT

This paper proposes a critical analysis of the relevance of media activism in the democratic gatherings of urban spatial occupation in light of the historical context of the June 2013 protests and their effects on the on-site fights for the right to the city, specifically in the territory of the city of Rio de Janeiro. In order to legitimize media activism as a political tool of class struggles and narrative disputes, the neoliberal logic is addressed here in a questioning, based on its representativeness by media outlets, which, when combined, gradually decrease the participation of the population in the daily construction of their living space, of their city. In response, through this final paper of the Bachelor of Cultural Production, this free and independent media is presented as the ascendant variable of our time, justifying the current historic, social and economic period, and the immersion of information technology, constantly evolving, in the means of cultural policymaking.

Keywords: Media Activism; Democracy; right to the city.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	Página 11
CAPÍTULO 1: A Cidade do Neoliberalismo.....	Página13
1.1 A lógica da Cidade por “Geni e o Zepelim”	Página 14
1.2 As revoltas de Junho de 2013: antecedentes, contexto histórico e representatividade.....	Página 20
CAPÍTULO 2: O Midiativismo e a sua exploração pelos movimentos sociais.....	Página 27
CAPÍTULO 3: Mídia NINJA.....	Página 35
3.1 A “velha roupa colorida” das lutas do século XXI.....	Página 36
3.2 Do NINJA à rede virtual do “cidadão jornalista”.....	Página 39
CONCLUSÃO.....	Página 51
BIBLIOGRAFIA.....	Página 56
ANEXOS.....	Página 60

INTRODUÇÃO

As manifestações de Junho de 2013 mostraram ao Brasil o descontentamento de sua população frente às políticas neoliberais vigentes no país, que adotou as ruas de múltiplas cidades como palco de protestos por mudanças em diversas áreas de atuação do Estado: transporte urbano, educação, saúde, moradia, segurança pública, etc. A surpresa não calhou em muitos, pois o reflexo de uma sociedade fragilizada pela ausência de uma educação política e do exercício da cidadania, desdobrou-se em uma multidão que clamava diversos gritos de luta, sem um único foco claro a se debater.

Pode-se dizer que as redes sociais tiveram um importante papel de catalisação, em razão da exploração do potencial de disseminação de informação, que ajudou na divulgação espacial das manifestações, ademais de propor uma perspectiva alternativa dos fatos, em tempo real, pelo gerenciamento coletivo da informação. Esta produção livre e independente de notícias, denominada de “Midiativismo”, evidenciou uma dicotomia do “compromisso com a verdade”, existente no Jornalismo, em que a mídia tradicional divulgava dados que refutavam ao que se experimentava e produzia nas ruas, despertando uma polêmica discussão em torno do exercício da Democracia brasileira na ocupação do espaço urbano e no direito à livre expressão.

Não só aos produtores culturais como a toda população civil, é indispensável a constante pesquisa e divulgação sobre o tema. Pois, como agentes da cultura, a legitimação das mobilizações, como espaços físicos do fazer cultural, é uma luta imprescindível para a fundamentação da cidadania igualitária e fomento às atividades culturais, que se constroem a partir desses encontros democráticos.

Este trabalho afirma que o midiativismo é uma legítima ferramenta política de lutas de classe, de cunho educacional, ao propor a difusão da informação como exercício da cidadania, na concepção em prol de uma sociedade realmente democrática e fluída aos diferentes meios de expressão sociocultural. Apesar desta linguagem inovadora, porém adaptada do jornalismo aos dias de hoje, a partir da absorção dos produtos tecnológicos derivados do progresso da ciência da comunicação; a difusão da informação do midiativismo, principalmente pela

internet, atualmente, colide com a tradicional vertente jornalística e seus arcaicos espaços de debate sobre as diferentes narrativas existentes. Tanto a informação quanto a sua difusão compõem um direito social de todos, sem exclusividades e ressalvas. A problemática será abordada com foco nas manifestações de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, e os seus desdobramentos no aparente cenário democrático do país, sem desconsiderar as suas implicações em escala global.

Para afirmar o uso da tecnologia aliada, principalmente, aos jovens brasileiros na transformação dos meios educacionais de lutas de classe e a certificação de seus direitos ao exercício da cidadania, como ferramenta de democratização legal do espaço urbano; Será utilizado como objeto de avaliação de estudo a atuação do movimento Mídia NINJA nas redes sociais da internet.

Este trabalho tem como metodologia a união de experiências compartilhadas durante a minha formação no curso de graduação em Produção Cultural, somado ao que pude vivenciar na Jornada de Junho de 2013. Para melhor explicitar a ideia de que o midiativismo é uma ferramenta política em ascensão, principalmente em cenários de ocupação do solo urbano, a partir da legitimação das mobilizações sociais como exercício de cidadania; abordo o conceito de *direito à cidade* em sintonia à problematização da Globalização e seus efeitos em um estado “aparentemente” democrático. Para tal, utilizo como pilar referencial, consequentemente, os autores Henri Lefebvre, David Harvey e Robert Park, em união aos pensamentos de Milton Santos, Zygmunt Bauman, Francisco de Oliveira, Ellen Meiksis Wood e Paulo Freire. Sobre as manifestações de junho de 2013 e o poder dos meios de comunicação, abordo respectivamente os livros de coletânea de artigos sobre a temática: *Cidades Rebeldes*, da editora Boitempo, e *Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show*, da editora Paz e Terra. Ademais, utilizo também como referência conteúdos retirados da internet, principalmente advindos de veículos alternativos de difusão da informação, e que circulam nas redes sociais, como Facebook e Twitter.

Para abordar a própria Mídia NINJA, além de analisar artigos críticos a respeito das atuações do movimento no país e no mundo, tomo como análise os registros de audiovisual de produção dos ninjas, nas páginas sociais do movimento, e a polêmica entrevista dada ao programa Roda Viva à TV Cultura. Inicialmente, a proposta de uma entrevista realizada por mim a um ninja ajudaria a compor o cenário desta minha análise crítica, para melhor entender a realidade de um midiativista pela perspectiva de quem reinventa o papel de jornalista na

atualidade. Infelizmente não consegui obter resposta com os ninjas que entrei em contato, tampouco uma das casas do Fora do Eixo, localizada no Rio de Janeiro, manifestou qualquer tipo de resposta ao convite de visita-los para recolher os dados necessários. Porém, a entrevista planejada por mim pode ser encontrada no anexo A deste.

Notar-se-á elementos poéticos, em meio a diversas referências bibliográficas, reconhecidas com mais frequência nomeio acadêmico. Sem julgamento de valores, quanto a cada, porém adotei-os como tal para resgatar a poética da cidade, como uma ferramenta possível de narrativa a se ler. Uma via alternativa a se tomar. A proposta de problematizar a música e o seu conteúdo ao contexto histórico, propõe uma desconstrução do uso da arte distribuída em massa, como entretenimento mercadológico, para assumir diversas outras leituras, dentre elas a de denúncia sociocultural.

Tal qual afirma Milton Santos:

A cidade, pronta a enfrentar seu tempo a partir do seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara do seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos do tempo, que também são os donos do espaço. (SANTOS, 2000: 65)

Capítulo 1: A Cidade do Neoliberalismo

“Os jovens de hoje não sabem lutar pelos seus direitos”, “ Na minha época a gente aprendia política nas salas de aula, hoje as escolas já não ensinam mais nada” e “Olha, isso sim que foi manifestação (referente a passeata do impeachment do presidente Fernando Collor, que passava na televisão), não essa baderna que estão fazendo nas ruas”. Estas frases representam uma parcela de um forte discurso entoado pelos meus parentes, mas que aos poucos eu identifiquei também em outros núcleos familiares de amigos de faculdade e colegas de trabalho. A comoção de muitos brasileiros para com a multidão que ocupava as ruas de diversas cidades do Brasil está diretamente relacionada com a omissão midiática das mobilizações sociais, que já vinham ocorrendo em solo natal, buscando melhorias na qualidade dos serviços públicos de acesso a Cidade e a mobilidade nela.

O estopim para tais ocupações, que ocorreram a partir de 13 de Junho de 2013 e que ficaram também conhecidas como *jornadas de Junho*, veio com o anúncio do aumento da tarifa dos transportes coletivos, em vinte centavos, declarado pela prefeitura de São Paulo e, posteriormente, em diversas outras capitais do país: Aracajú, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz, Teresina e Vitória. Contudo, sabe-se que as constantes modificações espaciais na cidade há muito já eram suportadas a silenciosos lamentos dos cidadãos. Modificações estas não em prol daqueles que a habitam, mas ao projeto capitalista idealizador de uma cidade mais atrativa aos interesses do mercado imobiliário e de investimentos com recursos públicos, para alcançar a meta de plataforma urbana e igualar as grandes metrópoles brasileiras ao crescimento global econômico.

Esta plataforma urbana tem como objetivo uma política de democratização da cidade e aos seus acessos. Isto é, uma agenda de reformas espaciais para exterminar a ideia de que o atual sistema capitalista transforma os seus espaços de atuação em mercadorias, isentando aqueles que não possuem condições financeiras da prática de usufruir essas áreas. Em teoria, essas ações se dariam em conjunto com a sociedade e as suas demandas, com a participação popular nas decisões de melhorias espaciais. Porém, mesmo sabendo que a cidade é o local de reprodução da força de trabalho, a preocupação para com a qualidade de vida dos trabalhadores é colocada em segundo plano, priorizando as necessidades daqueles que a transformam em um ambiente de negócio, super valorizando os capitais que a embolsam.

1.1- A Lógica da cidade por Geni e o Zepelim

Para exemplificar essas relações de barganha em solo urbano, tomarei como modelo a cidade do Rio de Janeiro e, inicialmente, uma singela comparação com a popular canção de autoria de Chico Buarque, *Geni e o Zepelim* (letra em anexo B), para introduzir o tema. Por esta perspectiva, a personagem Geni representa aqueles que sofrem opressão diária, mas que seguem em sobrevivência na cidade, realizando as suas atividades formais e/ou informais e

desempenhando o seu papel de mão de obra barato para a manutenção do atual sistema capitalista, mesmo que não concordando com a posição social que lhes impuseram. Já a personagem Zepelim, tal qual o substantivo desta palavra representa: “[...] s.m. 1. Grande dirigível rígido de construção alemã, com carcaça metálica, usado para travessias do Atlântico na década de 1930 [...]” (PRIBERAM, 2013), vem personificando aqueles que oprimem diretamente à população não só pela posição hierárquica na sociedade de classes em que se encontram, mas na participação ativa de decisões que transformam espacialmente a cidade e, conseqüentemente, a rotina daqueles que ali vivem.

Esses “Zepelins” são facilmente identificáveis. Inclusive, há uma plataforma na internet patrocinada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, denominada *Rio Negócios* (www.rio-negocios.com), em que explicita as principais áreas de investimento da cidade, como um cardápio a ser consumido a quem oferecer mais. Essa agência de promoção de aplicações, por si só, delimita os futuros atuantes, filtrando-os de acordo com a descrição da cidade em oferta. É óbvio que no mundo dos negócios globais, o Rio se tornou um produto de fácil acesso, mesmo que caro, pela sua característica marqueteira de autopromoção. Isto é, omitindo a realidade de ser uma cidade global: elevada concentração populacional, com escassez de políticas públicas de atenção igualitária à sua população; desigualdade social; depredação progressiva dos recursos naturais; violência urbana, com ênfase nos conflitos civis entre favelados e Polícia Militar; alto índice de desemprego; caótico e precário serviço de transporte público, que definitivamente não atende às demandas de sua cidade... Enfim, por de trás de uma bela paisagem natural, que lhe *caiu como uma luva* para os planos turísticos, e uma viva cultura em efervescente atividade, com as suas peculiaridades e ritos festivos tradicionais, o Rio de Janeiro é um chamariz mais do que atrativo *pra gringo vê*. E apenas para gringo, porque em seu histórico de reformas urbanas e agendas políticas, coincidentemente todas se relacionavam ao clientelismo político ou para atender aos megaeventos e à estética das grandes metrópoles. Como consequência, a sociedade colheria os frutos de tais ações, após um longo período de obras e do próprio evento em si, pois em sua maioria não são idealizados para o povo da cidade:

Nosso trabalho é assessorar empresas e empreendedores a ampliar novos negócios na cidade [...]. O Rio vive um momento de crescimento sem precedentes. A cidade oferece condições favoráveis em diversos setores estratégicos, com forte mercado consumidor e fornecedor de soluções, mantém um alto nível em universidades e escolas técnicas para formação de mão de obra qualificada e possui alta capacidade de retenção de talentos. (RIO NEGÓCIOS, 2014)

Agora que as personagens da canção de Chico já foram identificadas e o cenário de atuação também descrito, o refrão “Joga pedra na Geni! Joga pedra na Geni! Ela é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir! Ela dá pra qualquer um! Maldita Geni!” (HOLLANDA, 1978), soa como um mantra identificável na vida dos trabalhadores, principalmente os de baixa renda, para quem os problemas e as suas consequências atingem com maior intensidade e onde a desigualdade atua presencial e diariamente. Mantra este que é entoado sempre em que ocorre uma exclusão, seja ela de cor, classe social, renda, gênero ou cultural. Um jogo de rimas feito para justificar o estado de imposição e delimitar os seus desejos e lugares de atuação, como se o destino de cada já estivesse fadado ao nascer e o mesmo seguisse no conformismo de aceita-lo, passivamente.

Porém, segundo o sociólogo urbano Robert Park, a cidade é “[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração.” (PARK, 1967:3). O direito à cidade é um direito humano e qualquer homem tem liberdade de atuar na sua construção e modificação, respeitando a sua pluralidade de produtos sem duelos e comparações, mas valorizando aquilo que os torna diferentes entre si. Henri Lefebvre problematiza os estudos da cidade, em seu livro *O Direito à cidade*, afirmando a importância dessa a partir das construções sociais que o tecido urbano permite:

A cidade é uma *mediação* entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta, encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem prescreve-a, *escreve-a*, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação. (LEFEBVRE, 2001: 52)

Afinal, este direito à cidade é também a vocação do homem a concretização de sua humanização (FREIRE, 1997). Paulo Freire trata do tema, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, ao relacionar a ruptura da sociedade moderna, em seu processo histórico, com o potencial e vocação, realizando um movimento retrógrado de desumanização: “É distorção possível na história, mas não vocação histórica” (FREIRE, 1997:40)

O reflexo desse sistema não pode ser escondido e muito menos encarado como uma lacuna em meio ao paraíso do país, a cidade modelo e referência mundial. As lacunas já não são preenchidas ou modificadas em *Photoshop* para agradar aos olhos de quem a admira. No Rio de Janeiro, para quem trabalha na dinâmica que se exige da cidade, não há tempo para a contemplação da exuberante disposição geográfica dos morros, porque é preciso trabalhar e

chegar ao local de trabalho. É preciso transitar pela cidade e se deparar, todo dia, com a ausência consentida de um planejamento urbano que abrace o fluxo de pessoas e automóveis, sendo próprio ou coletivo. É preciso morar na cidade para trabalhar, e a maior parte dos trabalhadores não possui a renda necessária para morar próximo ao local de trabalho, restando-lhes apenas dois caminhos: a ocupação dos espaços públicos para a construção pessoal da moradia, tendo o panorama das favelas cariocas incorporado ao cenário como “natural” da cidade, e/ou se submeter às regiões distantes espacialmente, onde a especulação imobiliária decai e se torna financeiramente acessível à urbanização dos baixos salários.

A cidade de fragmentos fortificados (HARVEY, 2009) oferece ao capital o que ele precisa, sem pestanejar, embasando-se de sua farta mão de obra desqualificada, mas em prontidão desesperada para melhor atendê-lo, mesmo que ao inverso não sejam concedidas condições mínimas e adequadas para subsidiar tais tarefas. É a chegada do Zepelim e o que ele representa, apenas pela sua grandiosidade e o poder de modificar a realidade local. É o Neoliberalismo rompendo as disposições espaciais, trabalhando de forma a explorar o máximo do momento comprado, da força bruta e intelectual do homem, em expansibilidade progressiva do seu poder de barganhar. É o Zepelim em generosidade para com a cidade, pedindo Geni em troca de sua misericórdia, a fim de manter a relação de opressão e superioridade, tal qual nos versos de Chico Buarque, “O guerreiro tão vistoso, tão temido e poderoso era dela prisioneiro” (HOLLANDA, 1978), e reafirmado por Paulo Freire:

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 1997: 42)

E tal qual cita Lefebvre, ao problematizar a linguagem do urbano a partir da apropriação do discurso ideológico como organizador da cidade de classes:

Sob a forma de significações, na forma da simultaneidade e dos encontros, na forma enfim de uma linguagem e de uma escrita “urbana”, são ordens aquilo que a cidade transmite. A ordem distante se projeta na ordem próxima. Esta ordem distante não é nunca, ou quase nunca, unitária. Existe a ordem religiosa, a ordem política, a ordem moral, cada uma remetendo-nos a uma ideologia com suas implicações e práticas. Entre essas ordens, a cidade realiza - em seu plano - uma unidade, ou antes, um sincretismo. Ela as dissimula e oculta suas rivalidades e conflitos ao torná-las imperativas. Ela as traduz em *palavras de ordem* de ação, em emprego de tempo. (LEFEBVRE, 2001: 102)

Sabe-se que no jogo Neoliberal a balança não se iguala e muitas vezes quem aparenta força quantitativa é esmagado friamente pela minoria política. Esta opressão se dá, principalmente, pela narrativa e seus meios de difusão. Parcerias, investimentos, favores e liberdades são pontuados na conta final a se pagar, porque o capitalismo sabe dessa desproporcional distribuição social e teme ainda mais a unificação dos oprimidos, pois somente eles têm o potencial para a reviravolta necessária à revolução social, denominada de *Pedagogia do oprimido*:

[...] aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1997:43)

A solução que o Estado encontra, a fim de evitar essa unificação em massa, é a de criação de medidas precisas, mas que trazem em todo o seu conteúdo a discriminação histórica brasileira, com demandas que não oferecem nenhum tipo de amparo ao projeto de cidade moderna. É o dilema brasileiro entre um projeto desenvolvimentista ou liberal. Este antagonismo caminha e se torna presente nas políticas públicas. Ou seja, falo a respeito da atual agenda política de cunho social-desenvolvimentista (MERCADANTE E TAVARES, 2001), idealizada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2003-01/01/2011) e, conseqüentemente, com a entrada do PT- Partido dos trabalhadores no poder, sendo mantida e projetada pela atual Presidenta da República, Dilma Rousseff, do mesmo partido. Citando os principais programas do governo atual: Bolsa Família, Fome Zero, PAC- Programa de Aceleração do Crescimento; UPP- Unidade de Polícia Pacificadora; UPA- Unidade de Pronto Atendimento; Minha casa, minha vida; PROUNI- Programa Universidade para todos; PPPs- Parcerias Público-Privadas, o saldo final é o de um estado que não busca a resolução dos problemas em sua base, sim mascarando uma agenda política de relevante modificação espacial, igualitária e preocupada em solucionar as pendências históricas urbanas.

Em um artigo à revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, “Brasil: dois projetos em disputa”, de Julho de 2014, o professor de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani trata sobre o tema da agenda política e seus programas, relatando a importância destes no contexto histórico de desenvolvimento econômico do país, no início do século XXI, através de suas políticas neoliberais e desenvolvimentistas. Contudo, sabe-se que este período de progresso

econômico durou até o ano de 2015, quando o Brasil se viu de frente a uma crise geral, ramificado aos âmbitos político e econômico:

A economia voltou a crescer, abrindo espaço para a expansão do gasto social, a geração de empregos formais, a redução da taxa de desocupação e a elevação real do salário mínimo e da renda do trabalho. Entre 2003 e 2010, mais de 18 milhões de empregos formais foram criados, e a taxa de desemprego caiu pela metade (de 12,3% para 5,5%). [...] O reconhecimento desse fato não implica endossar a ideia de que teria sido introduzido um “novo padrão de desenvolvimento”. Na verdade, caminhou-se no sentido da construção de um modelo econômico menos perverso que o padrão histórico. (FAGNANI, 2014)

Como dito, o capital precisa manter a sua ordem e, para tal, depende diretamente da relação opressor-oprimido. Apesar das melhorias constatadas em números, a respeito dessas novas políticas neoliberais em atividade- e seria estupidez se cegar a relevância ideológica de cada programa, em execução na agenda política do país, quão aos seus resultados de transformação na vida daqueles beneficiados. Contudo, o mesmo não procura a erradicação dos grandes elefantes brancos eternizados pela história, porque foi criado dentro da lógica de exclusão.

Retornando à música de Chico Buarque, há um momento quase que de glória para a personagem Geni, que foi submetida por toda a sua vida a escutar o Mantra da opressão, aquele de autoria da sociedade de classes: “Joga pedra da Geni! Joga Pedra da Geni!...” (HOLLANDA, 1978). A reviravolta acontece quando aqueles que entoavam esse mesmo refrão, diante do Zepelim suplicam à personagem a sua clemência para com a cidade: “Ao ouvir tal heresia a cidade em romaria foi beijar a sua mão. O prefeito de joelhos, o bispo de olhos vermelhos e o banqueiro com um milhão. Vai com ele, vai, Geni! [...] Você pode nos salvar, você vai nos redimir. Você dá pra qualquer um, Bendita Geni!” (HOLLANDA, 1978). A compaixão solicitada se justifica na transmissão de poder momentânea, a fim de estimular a classe trabalhadora com a ilusão de recuperação de sua liberdade, de seus direitos plenos de cidadão.

Ao Estado Liberal, cabe garantir a igualdade de oportunidades e cuidar da população que está abaixo da linha de pobreza. Mas não erradicar as condições sociais de produção da pobreza. Com isto, todos os programas e políticas públicas, realizados até hoje, serviram apenas para deslocar verticalmente uma parcela da população para outra classe socioeconômica já existente, criando a falsa ilusão de extermínio dos males capitalistas. A lógica nesse processo está no deslocamento de responsabilidades do Estado que, em sua coerência, atua como se não houvesse grandes responsabilidades a prestar, submetendo essa

nova classe ao mercado privado e à incessante busca ao consumo de necessidades, para atender à ascensão e inserção social e cultural: “Nessa noite lancinante, entregou-se a tal amante, como quem nasceu carrasco.” (HOLLANDA, 1978).

Logo, não há resolução dos problemas porque essas políticas públicas somente se concretizam a partir da manutenção do ciclo lucrativo da exploração humana. Elas não foram concebidas por um projeto de transformação que prioriza a justiça social. A cidade foi criada com base no princípio da dialética do opressor-oprimido. A mudança desta situação só se realizará com a unificação dos oprimidos e na reivindicação ao ser mais (FREIRE, 1997), criativo em sua comunidade, em seu espaço de trabalho e troca, caso contrário se manterá alienada à cidade e conivente com a sua realidade:

Este é um dos problemas mais graves que se põem à libertação. É que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências. (FREIRE, 1997:52)

“Num suspiro aliviado, ela se virou de lado e tentou até sorrir. Mas logo raiou o dia e a cidade em cantoria não deixou ela dormir: Joga pedra na Geni! Joga bosta na Geni![...]”: o autor Chico Buarque reproduz este ciclo de submissão, contínuo e sem fim, tal qual em sua canção, quando a finaliza com a repetição do mantra entoado pela pequena parcela da população carioca, porém possuidora de poder e agentes externos determinadores de transformações em demandas alheias.

1.2 – As revoltas de Junho de 2013: antecedentes, contexto histórico e representatividade.

A escolha por explicar a lógica urbana, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma analogia à música *Geni e Zepelim* se justifica na história de autoria da mesma. Criada para o musical *Ópera do Malandro*, com estreia em 1978, narra a história da travesti Geni, hostilizada pela cidade, que diante da ameaça de ataque do repentino Zepelim, se vê necessária para ajudar a salvá-la. Isto acontece quando o comandante do Zepelim se encanta

pela personagem e a mesma sente a diferença de tratamento daqueles que a julgavam, mas a opressão e discriminação voltam a se tornar evidentes após a partida do mesmo. A música relata a opressão diária que até hoje se estende em seu mesmo discurso. Após 48 anos de sua concepção, a temática reflete a atemporalidade do sistema capitalista, que tem como arena a cidade.

No ensaio *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, Francisco de Oliveira argumenta sobre a narrativa de educação política capitalista, no decorrer histórico de transformação urbana brasileira. São palavras estrategicamente posicionadas em uma frase que colaboram para a manutenção da divisão internacional do trabalho capitalista, em que países periféricos, tal qual o Brasil, servem de base exploradora para os países centrais. Estes são os principais responsáveis pela criação e formulação das políticas neoliberais, em seus territórios de ação, garantindo ao sistema capitalista o posicionamento de cada homem para a manutenção do discurso de exploração. Por isto, atribuindo às periferias a qualidade de ambiente subdesenvolvido, criam-se necessidades econômicas e sociais a serem saciadas, para manter a força do trabalho em atividade constante, dando-lhe a falsa ilusão de pertencer a um projeto cujo produto visa se equiparar àqueles que ditam a desigualdade:

Como singularidade e não elo na cadeia do desenvolvimento, e pela “consciência”, o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos. (OLIVEIRA, 2013: 127)

Sendo assim, o capital conseguiu simbolizar o tempo de trabalho como tempo de produção, mantendo as ofertas à cidade e seu ciclo político de urbanização. Seguindo a lógica de Henri Lefebvre, “o urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis” (LEFEBVRE, 2001: 102). A reformulação dessa lógica, no entanto, deve partir de uma nova forma de se fazer política, ou seja, uma reforma política que dialoga com também um novo projeto do urbano, originada daqueles que exercem a sua cidadania para o seu direito à cidade, principalmente por aqueles que buscam o seu reconhecimento. Já não se pode mais distanciar os movimentos de classe do fazer político, muito menos isentá-los ao direito de luta. O que ocorre em seu espaço de vivência, deriva do sujeito que ali age e trabalha. Para onde vai a força produtiva da cidade? Quem deve usufruir o que é produzido: aqueles que financiam ou os que na prática servem de ferramenta de mutação de espaços não democráticos?

No Rio de Janeiro, os megaeventos começaram a surgir nas pautas políticas do século XXI. Desde então, regidos pela ordem do capital, o carioca enfrenta constantes alterações espaciais, restrições em sua mobilidade e inacessibilidade aos aparelhos culturais, em paralelo ao julgamento global da corrida pelo planejamento de cidade modelo do turismo e da modernidade. A decisão de recepcionar tais megaeventos, em seu solo, parte do Estado. Este determina ser de interesse nacional, com o discurso de que tais eventos deixarão grandes legados à população. Na prática, percebe-se que essas intervenções nada têm a oferecer após o término dos projetos, pois foram idealizadas para atender aos visitantes.

Nos últimos dez anos, o Rio de Janeiro “se planejou” para receber quatro megaeventos em seu território: XV Jogos Pan-americanos (2007), JMJ- Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo FIFA do Brasil (2014) e Jogos Olímpicos Rio (2016). Dois destes revelaram-se os mais caros de suas edições (PAN e Mundial da FIFA) e todos receberam grandes quantias de recursos públicos. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, artigo 32), permite a aprovação de projetos que contrariem a legislação urbana vigente, permeando a Democracia direta do capital à cidade-negócios (VAINER, 2013). Ao retirar do Estado o poder exclusivo de intervenção urbana, transmitindo-a aos que ditam a lógica do mercado, essas relações recebem da esfera pública retornos financeiros menos transparentes e mais lucrativos. Por isso a demanda em realizar atividades em países “subdesenvolvidos”, além de embolsar da mesma cidade isenções de impostos, monopólio dos meios publicitários e dos equipamentos erguidos, ademais de posse sobre os trabalhadores. De acordo com matéria de Jamil Shade ao site do jornal “O Estado de São Paulo”, em 20 de março de 2015, a “copa das copas”, como foi chamada e dição do Mundial que aconteceu no Brasil, rendeu à FIFA um lucro recorde de 4,8 bilhões de dólares, principalmente pela isenção fiscal cedida pelo governo federal. (SHADE, 2015)

Contudo, esses mesmos trabalhadores que sempre sentiram os reflexos dos “Zepelins” e da ausência histórica do Estado, a um ano da Copa do Mundo do Brasil, rebelaram-se ao que se iniciou com mais um aumento na tarifa do transporte público e que, em seguida, tomou proporções plurais e de conteúdo global, com ênfase nos gastos e transtornos da Copa. Paulo Freire define a ação revolucionária como aquela que parte do oprimido e da conscientização da sua realidade, a partir de um movimento crítico de autorreflexão em busca da libertação opressora. “Foi a sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que a levou à crítica desta mesma situação ao ímpeto de transformá-la.” (FREIRE, 1997). O sentimento de

exaustão para com os rígidos problemas da cidade e os seus projetos levou uma multidão às ruas com o intuito de manifestar.

A cidade estava por receber o Papa Francisco, para a Jornada Mundial da Juventude, aonde cristãos de diversos países viriam ao Rio de Janeiro para celebrar este evento em comunhão. Porém, a mesma há muito já empunhava a sua placa de notificação para justificar as obras intermináveis: “Desculpe o transtorno, estamos trabalhando para melhor atendê-lo”. A mobilidade urbana se tornou um exercício de grande paciência para os trabalhadores e moradores, que viam os seus problemas cotidianos se agravarem a cada esquina a se cruzar. Com o anúncio do aumento da tarifa dos transportes, em vinte centavos, o suor de horas em um trânsito interminável se revelou na consciência coletiva dos usuários: “imagina na copa?”.

Para muitos, este momento histórico foi visto como o despertar da população, que diante do bordão “o gigante acordou” se viu apta a reclamar. E realmente, tais quais os versos da música de Raul Seixas, *Eu também vou reclamar*: “Mas agora eu também resolvi dar uma queixadinha, porque eu sou um rapaz latino americano, que também sabe se lamentar [...]” (SEIXAS, 1976) - a letra da música se encontra no anexo C deste; o que se presenciou foi uma heterogeneidade de pessoas manifestando os seus respectivos descontentamentos. Não houve um tema específico em voga, mas o contexto político de representação e apresentação à população civil. Ao mesmo que se comentava do regresso dos movimentos sociais às ruas, estes se expunham pelos seus participantes na ausência de representatividade política.

Quaisquer que fossem os vínculos partidários expostos nos encontros, sendo virtuais ou nas próprias ruas, a maioria rechaçava a presença da possibilidade de abraçar, caminhar e, até mesmo, compartilhar do mesmo espaço de reivindicação com tais significações. A exposição foi ao cenário político e não aos seus governantes. O sentimento que se alastrou foi o de diversidade e autonomia de voz, pois diante do caos que os próprios representantes do Estado criaram, o povo se viu necessário a intervir pessoalmente e da maneira que lhe fosse mais conveniente. Porém, aqueles que seguem em luta ao projeto de uma cidade mais democrática para todos, não encontraram tanta surpresa na ativa e repentina movimentação política. Na verdade, coube aos coletivos de temas específicos, sendo a maioria grupos de esquerda, a convocação às atividades de encontro, explicitando a legitimidade de suas pautas para o livre debate sobre cada.

Se o estopim das revoltas de Junho foi o aumento da tarifa do transporte público, pode-se afirmar que o responsável por dar voz à pauta e propiciar a adesão pública às

manifestações, legitimando os atos de ocupação e debate político a cerca do tema, foi o MPL- Movimento Passe Livre, especificamente da cidade de São Paulo, que desencadeou a luta organizada contra o aumento das tarifas, servindo de modelo para as demais cidades. O MPL tem por ideologia um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central, tendo como política a deliberação de todos na construção coletiva, sem dirigentes e prestações a instâncias superiores, de acordo com a apresentação do grupo em seu site (www.mpl.org.br). Ao livro *Cidades Rebeldes*, o Movimento Passe Livre- São Paulo publicou o artigo “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, em que demonstra ao quê o movimento luta:

Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. (MPL-SP, 2013: 13-14)

Neste mesmo artigo, o MPL responde à surpresa de muitos para com tamanha comoção do grupo heterogêneo que se apresentava nas ruas, ao afirmar que “a luta por transporte tem a dimensão da cidade e não desta ou daquela categoria.” (MPL-SP, 2013:16). Ou seja, esta heterogeneidade das personagens indica uma característica revolucionária que as manifestações de Junho expuseram à ideologização maciça (SANTOS, 2000:19).

Os meios de comunicação tradicionais passaram a adotar as revoltas de Junho como pauta principal, a partir do momento em que perceberam a sua cartilha diária ameaçada pelo conteúdo midiático alternativo que circulava pela internet. Porém, o espetáculo em torno do direito a manifestar contra as políticas vigentes e a sua real representatividade no direito à mobilidade urbana, na condição de que qualquer pessoa tem a prerrogativa de pensar e criar mudanças de forma contribuinte ao espaço que está inserida, foi subitamente diminuído ao ser explorado pela mídia tradicional sob a perspectiva da violência.

Esta ótica da violência foi adotada para tentar deslegitimar as reivindicações e a adesão contínua de suas pautas. Mostravam-se os confrontos entre manifestantes e a Polícia Militar, assim como a degradação de bens públicos e privados que resultavam de cada encontro democrático nas ruas. Por outro lado, os próprios ativistas registravam também as

ações da PM contra a população, que agia sem diálogos e entendimento do que aquela situação representava no contexto social do país, a cargo de obedecer à máxima de que manifestação só é legítima se não atrapalha. Seja qual for a desordem que ela provocar, esta deverá ser contida a tempo, custe o que custar e doa a quem doer, afinal *time's money* e a cidade não pode parar (o Papa estava chegando, assim como a Copa das Copas e os Jogos Olímpicos). E para muitos, a militarização da Polícia Militar se fez sentida a partir daquele momento, já que a heterogeneidade dos participantes não transpareceu a segregação urbana existente nos movimentos, e todos puderam sentir a violência do Estado, que no contexto carioca destina-se exclusivamente aos pobres favelados.

Em um país recém-democrático, a última manifestação em massa de que se recordavam ocorreu em 1992, com a “Marcha dos cem mil” pelo impeachment do Presidente Collor. A euforia da reconquista dos direitos de cidadão foi abafada pela necessidade voraz de atender ao binômio matricial industrialização-urbanização do capitalismo periférico (BRITO e OLIVEIRA, 2013), em que se presenciava o abandono do Estado para com os seus deveres. Entre as relações de barganha, já citadas, a mídia se apresenta como o principal veículo de difusão da globalização como fábula.

O termo “globalização como fábula”, criado pelo geógrafo Milton Santos, insere-se no contexto ao qual o autor descreve as três etapas existentes da globalização e suas perspectivas de ações: o mundo tal como nos fazem crer (fábula), o mundo como é (perversidade) e o mundo como pode ser (outra globalização). Por estas relações de representatividade, cabe a manutenção da primeira para sustentar o sistema e por isto foi empregada como ideologia dos veículos de comunicação tradicionais. A fabulação de um mundo em sua totalidade conectado, onde as fronteiras geográficas já não representam empecilhos para a difusão das relações humanas e as suas experiências, a partir do avanço da ciência e pela incessante angústia de unificar todos os povos, uma homogeneização cultural, social e econômica, finalmente, em escala global. Porém, na virada do século XXI, o planeta sofreu transformações em decorrência desse progresso das tecnologias de informação, como descreve o geógrafo:

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. (SANTOS, 2000:24)

A mídia exerce o seu papel de perpetuação da fábula capitalista quando omite as lutas de classe que ocorrem no mesmo lugar onde se cruzam as políticas lucrativas da cidade, ocultando fatos históricos do exercício da cidadania. Como em outubro de 2012, no protesto “Existe amor em São Paulo” que reuniu 200 mil pessoas, além dos próprios movimentos pelo transporte público que surgiram desde 2003, em que o aumento da tarifa fez a população de Salvador manifestar ao longo do mês, criando o movimento que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”.

Capítulo 2: O Midiativismo e a sua exploração pelos movimentos sociais.

Junho de 2013 não foi uma data premeditada, mas já se esperava uma revolução nos que ditam as vozes e os seus temas. O que destoou dentro da sua concepção foi a inversão da tecnologia como uma das muitas ferramentas para as lutas presenciais. O advento da ciência com certeza previu que aqueles que tivessem acesso e a dominassem poderiam mergulhar na imensidão do virtual e de suas múltiplas viagens, sem nem ao menos transpor o espaço físico de estar na palma de uma mão, resumindo todo esse leque de possibilidades em um aparelho portátil de multifuncionalidades. No livro *Modernidade líquida*, de Zygmunt Bauman, a pós-modernidade é trabalhada a partir da releitura do espaço e velocidade, à compreensão de produtividade na era da tecnologia da informação:

A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. No universo de *software* da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em “tempo nenhum”; cancela-se a diferença entre o “longe” e “aqui”. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta. Perdeu o seu “valor estratégico”, diriam os especialistas militares [...] Se aplicado à relação tempo-espaço, isso significa que, como todas as partes do espaço podem ser atingidas no mesmo período de tempo [isto é, em “tempo nenhum”], nenhuma parte do espaço é privilegiada, nenhuma tem um “valor especial”. (BAUMAN, 2000: 135-137)

E graças a essa tecnologia que o Midiativismo pode se apresentar como fonte de notícias, para além do que se recebe diariamente. Ou seja, a velocidade dos meios tecnológicos, para mais de sua importância técnica, é um discurso ideológico que se

disseminou por todo o mundo. Ao se apropriar desta máxima, o Mídiaativismo inverte a retórica do capitalismo de exploração de um mundo sem fronteiras, ao expandir também diversas outras narrativas, em tempo real.

O vasto material das redes sociais que receberam destaque e despertaram a atenção de inúmeras pessoas, após as manifestações de Junho de 2013, despertou uma polêmica discussão em torno do exercício da Democracia brasileira na ocupação do espaço urbano e no direito à livre expressão. Exercício tecnológico este que os jovens de berço da transição do século XX para o XXI dominam, criam e recriam, diariamente pela internet.

No entanto, a história conta que os movimentos sociais não estavam em um inerte e completo descanso. Pelo contrário, a mídia aliada ao Estado exerceu o seu papel de conciliadora e mantenedora da ordem capitalista, realizando uma perfeita triagem do que seria apresentado aos milhões de brasileiros. O grito que muitos adotaram como hino das manifestações, o de “o gigante acordou”, traduz a ignorância do senso comum quanto às lutas políticas que ocorrem em solo natal, ademais de incorporar em si mesmo o eco que a imprensa passou a adotá-la como originais, com espetacularizações dos encontros de massa, a fim de deter o poder da informação e passá-la como legítima.

Em um país onde o consumo midiático é basicamente regido pelas emissoras e redes de televisão aberta, segundo o IBGE- PNAD 2011, que se encontra presente em 96,9% das residências, dentre o total de treze presentes no Brasil, cinco delas constam como as principais no gosto popular: Record, Band, Rede TV, SBT e Globo. Esta última pertence ao Grupo Globo, que é o maior conglomerado de mídia do Brasil e de toda a América Latina, sendo essa empresa deste grupo a maior do país e a segunda maior do mundo, ficando apenas atrás da American Broadcasting Company (ABC), dos Estados Unidos. Na grade de programas desta mesma emissora, há, pelo menos, sete que são noticiários diários. Logo, o poderio de uma narrativa editada a favor dessa companhia, que busca cada vez mais aliados e patrocínios, além do apoio estatal de exibição em rede aberta para milhares de brasileiros, tornou-se culturalmente aceitável e dito como verdade única, ao ponto de se relacionar TV aberta ao nome TV Globo. Sendo assim, muitas lutas de diferentes movimentos, que até então pareciam irrelevantes e de pouco alcance, foram omitidas por representar uma não necessidade instantânea a ser saciada e ouvida.

No artigo “Redes Culturais: desafio à velha indústria da cultura” de Ladislau Dowbor, ao website do coletivo Fora do Eixo, o autor realiza uma crítica à lógica do sistema de produção cultural e jornalística dos canais abertos e à manipulação dos fatos:

Primeiro, porque não se vai escrever notícias desagradáveis que envolvam os grandes grupos econômicos privados, que afinal são as que contratam a publicidade. O resultado é uma deformação profunda da agenda política e o oligopólio da mídia comercial passa a defender a agenda das corporações: o código florestal (agronegócio), juros altos (bancos), financiamento corporativo das campanhas e assim por diante. Segundo, porque como a remuneração vem do volume de audiência ou do número de leitores, instala-se o vale-tudo. Apresentar na mídia PMs correndo atrás de bandidos em favelas ou tragédias geradas pela violência atrai muito mais do que explicações sobre formas de melhorar o sistema de gestão da saúde, para dar um exemplo. (DOWBOR, 2013)

Entretanto, antes de aprofundar o estudo sobre o caso brasileiro e a importância das mídias alternativas nas mobilizações sociais, é necessário e prudente realizar uma singela associação da jornada de junho de 2013 com dois outros grandes marcos de reivindicações populares, que ocorreram tanto no ocidente quanto no oriente, mas que também adquiriram dimensões globais nas mídias e redes sociais: Maio de 68 e Primavera Árabe.

Em relação ao primeiro, a greve geral que ocorreu na França em maio de 1968, considerada um marco revolucionário de destaque do século XX, porque não se restringiu a uma camada da população, mas englobou e atingiu ideologicamente a todos os franceses. Porém, os movimentos sociais perderam suas forças quando passaram a ser explorados pela imprensa. No entanto, vale ressaltar a análise histórica dos movimentos sociais, que emergiram nesta época, e seus atores na construção do discurso de ação em massa; tal qual Eric Hobsbawm aborda na obra *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*:

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza de regimes aparentemente firmes. Em 1968-9, uma onda varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes, cujos números se contavam agora às centenas de milhares mesmo em países ocidentais de tamanho médio, e logo se contariam em aos milhões. Além disso, seus números eram reforçados por três características políticas que multiplicavam a sua eficácia política. Eram facilmente mobilizados nas enormes usinas de conhecimento que os continham, deixando-os ao mesmo tempo mais livres que os operários em fábricas gigantescas. Eram encontrados em geral nas capitais, sob os olhos dos políticos e das câmeras dos meios de comunicação. E, sendo membros das classes educadas, muitas vezes filhos da classe média estabelecida, e- quase em toda parte, mas sobre tudo no Terceiro Mundo- base de recrutamento para a elite dominante de suas sociedades, não eram fáceis de metralhar quanto as classes mais baixas. Na Europa Oriental e

Ocidental não houve baixas sérias, nem mesmo nos motins e combates de rua em Paris, em maio de 1968. (HOBSBAWN, 1995: 431)

Com relação aos acontecimentos de Junho no Brasil, presenciou-se uma heterogeneidade de personagens em protesto nas ruas, intensificando ainda mais a pluralidade de demandas a serem saciadas pela oportunidade de criticar a ordem em vigência, ao mesmo que tomou proporções espaciais e midiáticas inovadoras e legítimas.

Neste mesmo cenário global dos novos movimentos sociais, é imprescindível citar o caso da Primavera Árabe, que teve início em 18 de dezembro de 2010, na Tunísia, estendendo-se como uma onda revolucionária de protestos populares pelo Oriente Médio e norte do continente africano, passando pelos países do Egito, Líbia e Síria. Isto é, regiões que não se restringem apenas à disposição geográfica do Oriente Médio, mas que englobam outros países do norte da África que sofrem também influência árabe e islâmica. Tais territórios apresentam uma característica em comum, o repúdio popular aos governos ditatoriais em continuidade.

O estopim do movimento ocorreu quando um jovem da Tunísia, Mohamed Bouazizi, ateou fogo em seu próprio corpo, como forma de manifestar a sua indignação contra o governo ditatorial de Zine el-Abdine Ben Ali, que liderava o país há 24 anos. O acontecimento circulou as redes sociais, em forma de compartilhamento do conteúdo, alimentando uma revolta no mundo árabe. Após 10 dias do ocorrido, Ben Ali se viu obrigado a fugir do país à Arábia Saudita. A partir disto, iniciou-se o período denominado de Primavera Árabe, alimentado pela adoção da internet como ferramenta política. Isentos de expressar as suas opiniões, pois o regime de ditadura nesses países oprime qualquer manifestação distinta aos seus ideais, a velocidade e amplitude da internet permitiram ecoar essas vozes oprimidas do Terceiro Mundo. O site “Estratégia Digital” (www.estrategiadigital.pt) publicou a matéria do jornalista Gonçalo Sousa, *Como as redes sociais provocaram a Primavera Árabe*, em 04 de março de 2014, em que relata a atividade crescente na web das revoluções no Mundo Árabe:

Em pleno século XXI, podemos afirmar com certeza que a Internet mudou- e continua a mudar- o Mundo. Um estudo realizado pela Universidade de Washington analisou 3 milhões de tweets, milhões de gigabytes de vídeos no Youtube e publicações em blogues. A conclusão foi esclarecedora: os conteúdos que incitavam à revolução eram muito acedidos ou comentados nos dias que antecediam cada acontecimento nos países árabes que integraram a famosa Primavera Árabe. Desta forma, iniciou-se um ciclo integrado pela ação dos media. Nos dias depois de cada manifestação acontecia um novo *boom* de visitas e surgiam nas rádios e televisões

todo o tipo de histórias pessoais e descrições emocionantes dos protestos. Os mesmos relatos eram colocados e difundidos nas redes sociais e na Internet, dando origem a novos protestos e alimentando a indignação da sociedade civil. (SOUSA, 2014)

Essas ditaduras tinham como principal aliado os Estados Unidos, referência mundial de modelo capitalista, que desde 2008 enfrentam uma grande recessão, originária da quebra do mercado imobiliário americano. Compreendendo a globalização como o estágio mais avançado e atual do sistema Capitalista, a partir da consolidação de seus processos de expansão cultural, social, político e econômico pós- guerra fria, principalmente pela modernização dos meios de comunicação tecnológicos; com a queda da organização Socialista e, conseqüentemente, a ruptura entre a bipolaridade destes sistemas, em escala mundial, logo se atina às importâncias mercadológica e sociocultural que esse “grande representante” tem em nível global. No mesmo livro, Hobsbawm relata sobre os interesses econômicos e políticos dessa potência, em territórios do Terceiro Mundo posicionados geograficamente a favor de suas políticas expansionistas do capital, que conseqüentemente ajudaram na manutenção de um estado de instabilidade social e política nesses lugares:

Essa instabilidade era igualmente evidente para os EUA, protetores do *status quo* global, que a identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas se necessário, sem apoio local. Foi isso que manteve o Terceiro Mundo como uma zona de guerra, quando a Primeira e Segunda Guerras Mundiais se resolveram na maior era de paz desde o século XIX. (HOBSBAWN, 1995: 422)

No caso dos países que compõem o cenário da Primavera Árabe, o apoio às ditaduras diz respeito às relações geopolíticas, a fim de garantir parcerias, aliados, domínio e poder (por que não?) sobre um território que abriga uma das maiores reservas de petróleo do planeta. Porém essas relações se desestabilizaram principalmente pela crise da recessão.

A luta do povo na Primavera Árabe consiste, ainda hoje, em confrontar o militarismo dos governos ditatoriais e os seus longos históricos de repressão aos políticos opositores, aos clãs que dominam e ditam as regras (elites políticas, religiosas e econômicas) e à corrupção generalizada, que desencadeia em um vicioso ciclo de enriquecimento ilícito. A população ocupou as ruas desses países em confronto a favor da Democracia, liberdade de expressão e políticas públicas de combate à pobreza e distribuição de rendas. Contudo, pode-se afirmar

que o uso das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação, pelos manifestantes e apoiadores dos movimentos sociais, desenhou-se como um dos principais métodos de visibilidade da luta em nível global.

Afinal, tomou-se como a principal arma o próprio produto da Globalização e de seu estágio que caracteriza o Capitalismo atual. Portanto, assim como o dito popular, *o feitiço virou-se contra o feitiçeiro* ao expor a todo o planeta as condições precárias do povo de cada país da Primavera Árabe que, sem liberdade de escolha e expressão, foi submetido à ordem mercadológica capitalista e devorado pelos EUA, que parece ignorar a existência humana nesses territórios ao apoiar tais governos ditatoriais, a fim de garantir alianças petrolíferas.

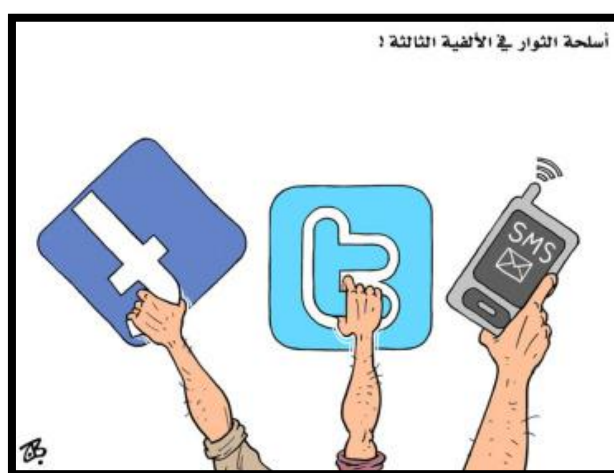
Como exemplo da repercussão internacional das mobilizações urbanas da Primavera Árabe, diversos chargistas incorporaram em seus trabalhos a realidade por meio das críticas político-sociais, a partir do humor e da sátira, porém e principalmente pela demanda virtual dos manifestantes. Tal qual citado pelo brasileiro Carlos Latuff, no artigo *Cartunista brasileiro astro da primavera árabe 'esboça' Líbia do futuro*, publicado no site BBC Brasil, em 24 de agosto de 2011, por Júlia Dias Carneiro, o qual relata o seu papel como profissional na contribuição de artefatos de confronto:

Faço desenhos a pedido dos manifestantes e coloco na internet. (...) É um trabalho autoral, mas não se trata da minha opinião. É preciso que seja útil para os manifestantes, e que eles possam usar aquilo como uma ferramenta. (...) A partir do momento em que coloco na internet, as charges deixam de ser minhas. Faço esse trabalho para que seja compartilhado. (CARNEIRO, 2011)



(LATUFF, 2011)

O mesmo ocorreu com EmajHajjaj, um dos principais cartunistas político do mundo árabe, que com a sua sensibilidade expos o cotidiano dos protestos contra as ditaduras e evidenciou a importancia das redes sociais na disseminação dos fatos em tempo real, medida adotada com o intuito de driblar a censura e os distintos controles impostos pelos governantes, sem aparente ameaça. Ao website UOL Noticias, publicado em 17 de abril de 2011, por Andréia Martins, Hajjaj afirma que ser cartunista no Oriente Médio se tornou a profissão mais perigosa, ademais de ratificar a validade dos protestos: “O povo quer uma coisa, o governo faz outra. Então, é um momento extraordinário esse que estamos vivendo. [...] O povo árabe está lutando por liberdade. [...] Essa onda vai mudar tudo. Mesmo se não for imediato, temos muito tempo pela frente”. (MARTINS, 2011).



(HAJJA, 2011)

Por conseguinte, em junho de 2013, não muito distante à crise mundial que assolou a diversos países, mas que aparentemente ainda não havia atingido ao Brasil, o país assistiu a um novo meio de se produzir política, pelo mundo virtual das redes sociais. Neste cenário, a produção cultural de informação independente encontrou forças para expor e ampliar o seu público, acompanhando a dinamicidade da internet aos acontecimentos das manifestações de forma simultânea, com o objetivo de propagar e atingir um número irrestrito de pessoas, a partir do compartilhamento das notícias. O domínio dos produtos do auge tecnológico do sistema capitalista proporcionou aos milhares de cidadãos que se encontravam nas ruas, e dominavam as ferramentas das redes sociais, o despertar de novas perspectivas dos fatos, que seguia em paralelo ao que era exposto na chamada mídia tradicional. No mesmo artigo de

Ladislau Dowbor, é possível identificar a globalização dos fatos e a sua relevância nos novos movimentos sociais:

Estamos na era digital, da conectividade planetária, mas carregamos uma herança de sistemas de produção cultural e jornalísticos essencialmente controlados por gigantes da intermediação, a chamada indústria cultural e o oligopólio da mídia. Adotaram tecnologias digitais nas imagens, mas como culturas organizacionais seguem na era analógica. O pano de fundo, é que hoje, com as novas tecnologias tanto de produção como de divulgação de conteúdos, abriram-se oportunidades de sistemas radicalmente descentralizados e em rede, o que afeta os gigantes verticalizados de intermediação. (DOWBOR,2013)

Porquanto, denominado de Midiativismo, termo criado para englobar o aparato das redes sociais e os seus modos de produção cultural independente, alcançou notabilidade e reconhecimento no Brasil após a Jornada de Junho de 2013. Tal constatação se deu principalmente pela horizontalidade de geração e divulgação do conteúdo, os quais tiveram uma produção ilimitada e autônoma por uma gama díspar de autores. Pode-se afirmar que o mesmo se apropriou das principais características do atual estágio do capitalismo: a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos, realizando o movimento histórico em que “nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro [...]”. (SANTOS, 2000:28)

Estes novos agentes de conteúdo alternativo seguem em luta pela legitimação do material exposto, pois confronta a ética jornalística do compromisso com a verdade, revelando a ausência de debates entre Estado, cidadãos e meios de difusão da comunicação. Como citado no texto ao website Observatório da Imprensa, pelo escritor Luciano Martins Costa, em 21 de agosto de 2013, em *O midiativismo se multiplica*:

Trata-se do mais genuíno exercício de liberdade de informação e expressão, aquele que é produzido por muitos, por quem quiser, e publicizado no “não-lugar” das redes, o campo aberto cujos limites ainda não são definidos por interesses desta ou daquela empresa de comunicação. (COSTA, 2013)

A legitimação das mobilizações como espaços físicos do fazer cultural é uma luta imprescindível para a fundamentação da cidadania igualitária e fomento às atividades culturais, que se constroem a partir destes encontros democráticos. Uma vez que o Midiativismo é um dos muitos produtos desses encontros de lutas, e afronta um debate sobre os novos meios de comunicação e difusão da informação, que colide à monopolização da cultura e também da sua hierarquização na desigualdade social e disposição urbana da

população; pode-se igualmente enquadrar todos aqueles que fomentam a produção de Cultural digital como construtores deste novo meio de comunicação global. Tal qual cita Teixeira Coelho, em seu livro *Dicionário Crítico de Política Cultural*:

Em sentido estrito, cultura digital é que vem pelo computador, internet e telefone celular trazendo amplas mudanças de comportamento que no modo de acesso ao bem ou produto cultural (acesso ubíquo), quer no modo de conviver com ele (conversar ao telefone móvel com alguém enquanto se toma um aperitivo no bar e, sobretudo, no comportamento e na atitude geral da pessoa (duas amigas caminham lado a lado na rua e cada uma fala longamente em seu próprio aparelho celular, em nova configuração das relações humanas). (COELHO, 2012:123)

Capítulo 3: Somos todos #NINJA

Identifica-se, então, o midiativismo como uma variável ascendente (SANTOS, 2000:118), deste período histórico de revolução tecnológica que presenciamos, e que tende a convulsionar os novos espaços de disputa de narrativas, na construção de distintas perspectivas de futuro. Tal ascensão tem origem do progresso do capitalismo e do desenvolvimento de suas ferramentas, sendo uma demanda identificada por aqueles que a dominam, tal qual afirma a Professora Ivana Bentes à revista CULT:

O capitalismo, as revoluções dentro do capitalismo e as ações anti-capitalistas, a publicidade, a economia imaterial, tudo isso depende desse domínio midiático e da posse dessas linguagens. O capital já entendeu isso faz tempo. E se quisermos pensar em jornalismo público, jornalismo do comum, a produção de um midiativismo capaz de ativar os desejos por mudanças sociais, tudo isso passa por um outro tipo formação. A comunicação é central na sociedade de redes. Se o capitalismo é comunicacional, a revolução terá que ser também midiática. (BENTES, [2013-?])

3.1- A “velha roupa colorida” das lutas do século XXI

No título deste trabalho, denomino esta variável ascendente de a “velha roupa colorida” das Revoltas de Junho de 2013. Essa analogia se justifica em duas vertentes de

interpretação: poética e histórica. Da última leitura, a canção *Velha roupa colorida* de autoria de Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, (letra em anexo D), faz parte do álbum *Alucinação*, de 1976. Período histórico este pertencente ao contexto da ditadura militar brasileira, mais especificamente no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que se caracterizou pelo início da abertura política e amenização da rigurosidade militar, em pequenos atos que recobravam lentamente a ideais democráticos.

Sabe-se que durante os vinte e um anos de regime militar, o Brasil sofreu profundos golpes no que diz respeito à prática da cidadania. A exclusão de direitos civis, políticos e sociais por meio de Atos Institucionais, deliberados àqueles que se opusessem à ditadura e a toda sua linha dura, foram abordados como temática principalmente pelos artistas da época, que se viram privados de expressar as suas opiniões, sofrendo assim constantes perseguições e censuras de seus materiais criativos. Foram muitos que encontraram na arte a sua forma de lutar e se expressar contra o cenário que se expunha no país, tanto que hoje em dia ao falar sobre, diversos artistas e canções passam pela memória de muitos brasileiros, como para exemplificar tal momento histórico.

O compositor Belchior faz parte dessa coletânea de artistas que não se contentaram em seguir as impostas regras do jogo. Nesse momento histórico, a arte demonstrou-se como ferramenta impactante de luta política e a sua apropriação foi fundamental e legítima na construção de falas e disputa de ideologias. No entanto, ao realizar uma análise da letra da canção *Velha roupa colorida*, em fusão com o reconhecimento dos fatos históricos do período em que foi composta, nota-se em seus versos o tom de insatisfação e ânsia pelo novo, pela construção de uma nova realidade a se viver, a partir de demandas a serem saciadas pela população e para a população brasileira. Tal qual nos versos: “você não sente nem vê, mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo, que uma nova mudança em breve vai acontecer. E o que há algum tempo era jovem e novo hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer.” (BELCHIOR, 1976).

O modelo de governo militar em vigência já não apresentava sua solidez, tanto com o fim do milagre econômico, que apenas fermentou o sentimento de desgosto existente nos brasileiros, quanto à suspensão parcial da censura prévia aos meios de comunicação. A resistência à ditadura militar começa a adotar novos contornos mais reais e possíveis, em que o sentimento de medo aos poucos é trocado pelo otimismo. Otimismo este engasgado pela repressão que impedia cada pessoa de exercer o seu direito à cidade, como explicitado:

“Nunca mais eu convidei a minha menina para correr no meu carro... [loucura, chiclete e som]. Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido o dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quero cartaz [...]”. (BELCHIOR, 1976). Essa nova vestimenta proposta pelo compositor e cantor, carrega em si o abandono de um modelo de vida sombrio, duramente marcado na história do país, em que o passado não pode se repetir já que não lhe cabe. Foram vinte e um anos quadrados e sem cor, sem liberdade.

Importante frisar a relevância dessa analogia, aqui realizada, já que em muitos momentos durante as manifestações que ocorreram em Junho de 2013, a fim de deslegitimá-las, muitas pessoas compararam os protestos que ocorriam nas ruas com aqueles vividos durante os processos de ditadura e redemocratização brasileira. Tal equivalência se prova apenas pela grande quantidade de pessoas que tomaram os espaços públicos, como há muito não se presenciava no Brasil, ou como há muito a grande mídia não abordava em seu roteiro. Contudo, apesar de inúmeras pautas expostas em cartazes (ver imagens ilustrativas em anexo E), que exigiam medidas políticas mais democráticas e condizentes com o atual período histórico, o momento e as ferramentas de luta exigem um olhar diferenciado e atento, sem generalizações que excluem os fatos e os seus detalhes, afinal “No presente, a mente o corpo é diferente e o passado é uma roupa que já não nos serve mais.” (BELCHIOR, 1976).

À vista disto, pode-se ratificar que a rede Mídia NINJA (*Narrativas independentes, jornalismo e ação*) soube identificar a variável ascendente de seu tempo e empregou-a como ponto de partida de exercício do direito à informação e difusão, pela utopia experimental (LEFEBVRE, 2001: 110). É cabível afirmar que esta rede se tornou notável mundialmente após as manifestações de junho de 2013, porém o seu trabalho se iniciou antes dessa data memorável ao país.

Contudo, é de extrema importância abordar, mesmo que brevemente, a história do movimento social Fora do Eixo, que originou a Mídia NINJA anos mais tarde. Em 2005, um grupo de produtores culturais de diferentes regiões do Brasil resolve unir as suas experiências e práticas e constroem uma rede alternativa de coletivos culturais, para além da existente no circuito entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A ideia é explorar o potencial artístico e criativo de artistas de todo o país, a partir do trabalho em rede entre bandas musicais independentes, que aparentemente não se adequam aos padrões comerciais exigidos pelas grandes indústrias fonográficas do país, mas movimentam uma cena dita alternativa e

independente, fundamental para a manutenção e sobrevivência do exercício artístico de muitos profissionais.

O Fora do Eixo se iniciou a partir de trocas entre coletivos culturais de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR). Os idealizadores deste movimento são Pablo Capilé, Talles Lopes, Daniel Zen e Marcelo Domingues. Sob o conceito de planejamentos coletivos e colaborativos, no mesmo ano do encontro eles já possuíam estúdio de gravação, núcleo de comunicação e divulgação de eventos, selo de disco e espaço para execução dos projetos. Da idealização à concretização dos fatos, a ideia inicial de construção em rede de produção cultural se tornou eficaz e colaborou para a construção da moeda interna do coletivo, o *cubo card*. Com ela, o exercício em rede se tornou visivelmente eficiente, quando utilizada como moeda de troca, tal qual a prática de escambo, a fim e facilitar as relações entre músicos, parceiros e apoiadores que, em cadeia, conseguiam executar diversos eventos musicais.

O progressivo crescimento do grupo apontou para a construção de casas físicas fixas, que pudessem atender às demandas culturais regionais, em trabalho direto com elas. Porém, essas casas não se podem equiparar às estruturas de escritórios, produtoras e empresas do mercado tradicional, pois seguem outra ordem estrutural de sociedade dentro do espaço, refletindo em suas ações. Um grupo de pessoas compartilham moradia e trabalho, regidos pela moeda criada pelo próprio coletivo, em consonância aos ideais e modos de se fazer idealizados pelo Fora do Eixo.

Atualmente, o Circuito Fora do Eixo possui mais de 200 espaços culturais no país, distribuídos por 27 estados, e atua também em 15 países da América Latina. Neste trabalho, não me aprofundarei na problemática histórica do movimento, mas de sua abordagem pelo midiativismo, a partir da Mídia NINJA, que cresceu e adotou novas características de se fazer presente na cidade, com caráter mais político e social. Após as jornadas de Junho de 2013, muito se contestou sobre o modo de se criar políticas culturais do Fora do Eixo e a sua legitimidade, principalmente com o jornalismo investigativo- alvo da mídia tradicional, que precisava atacar qualquer coisa sobre esse “novo” grupo, que ameaçava a sua soberania na disputa do poder de posse e divulgação do conteúdo informativo. No decorrer ainda deste capítulo, abordarei essa problemática nas consequências ideológicas do imaginário NINJA e, principalmente, para aqueles que o seguem.

3.2- Do NINJA à rede virtual do “Cidadão Jornalista”

Em 2011, o movimento social de amplitude nacional *Circuito Fora do Eixo*, lançou a sua plataforma de mídia independente e digital: a Pós-TV (www.postv.org), a qual a Mídia NINJA coordena atualmente. Este canal audiovisual de transmissão ao vivo pela internet foi o primeiro passo do coletivo ao movimento de produção midialivrista brasileiro, com o lema de uma TV concebida por pós-jornalistas e para pós-telespectadores. Isto é, a partir do ativismo por uma maior liberdade e independência das mídias (Social, Impressa, Digital, Sonora e Audiovisual), a ideia que se propaga é a de que qualquer pessoa pode atuar como jornalista ao se propor analisar as informações, em um movimento crítico da relevância do papel da difusão de narrativas, na construção coletiva de cenários culturais; além de colaborar com a desconstrução de vícios de linguagens, que favorecem relações de clientelismo político e impede uma maior compreensão dos fatos e de suas consequências na sociedade, tal qual muitas vezes se nota a ausência destes nos tradicionais veículos de informação. Esta afirmação se justifica no relato da figura liderante deste movimento, Bruno Torturra (ex-repórter, colunista e diretor da revista Trip, onde atuou por 10 anos), à plataforma digital da empresa de radiodifusão da Alemanha, Deutsche Welle (DW), no artigo *Ascensão da Mídia Ninja põe em questão imprensa tradicional no Brasil*, publicado em 01 de agosto de 2013, por Renate Krieger:

Queremos democratizar a produção de informação e, com isso, informar melhor as pessoas para que tenhamos uma democracia cada vez mais sólida, justa, integrada e próxima dos fatos. Acho que o próprio jornalismo tem de ser repensado e atualizado. (TORTURRA, 2013a)

Ao mesmo artigo, declara o jornalista e sociólogo Venício A. de Lima, também professor de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB):

Nunca houve preocupação com a propriedade cruzada dos meios de comunicação no Brasil. São poucas grandes empresas, é um sistema de redes que nunca foi controlado pelo poder público, e pouquíssimos grupos têm afiliações regionais e

locais. Uma terceira característica é que, se formos ver como de fato esses grupos [de comunicação] funcionam, boa parte deles têm algum tipo de vínculo com políticos no exercício do mandato. Eu tenho começado a falar numa situação de corrupção histórica e sistemática da opinião pública brasileira por causa desse tipo de situação. (LIMA, 2013b)

Esta aproximação com a informação legitima os fatos abordados e ajuda a compor um ambiente de problematização e clareza da participação social comunitária, tanto como receptora quanto produtora. Com isto, a primeira temática abordada pela Pós-TV foi a crítica situação da região do centro da cidade de São Paulo, tomada pelos usuários de crack e popularmente denominada de “Cracolândia”. Em seguida, o coletivo esteve presente e realizando coberturas na Marcha da Maconha e na Marcha da Liberdade, no mesmo ano, ademais de realizar cobertura em eventos culturais diversos, como “Existe amor em SP” e, principalmente, aqueles desenvolvidos pelo Circuito Fora do Eixo. Em 2012, um grupo de midiativistas foi enviado para o Mato Grosso do Sul para noticiar o caso de suicídio coletivo dos índios guarani-kaiowá. Porém, foi em 2013 que a Mídia NINJA se consolidou com o envio de uma equipe para cobrir o Fórum Social Mundial, na Tunísia.

O ativismo midiático NINJA se caracteriza pela estrutura descentralizada de rede operacional, com teor sociopolítico em suas abordagens e presente apoio nas redes sociais para com outros movimentos sociais, que apresentam semelhança ideológica com as do grupo. No website do movimento, www.ninja.oximity.com, o grupo se descreve, na aba “quem somos”, com as seguintes palavras:

Somos a Mídia NINJA Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos. Característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no Mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A internet mudou o jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura peertopeer (P2P), que permite a troca de informações diretas entre pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem mas também produzem informações. Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os cidadãos multimídia, com capacidade de construir sua opinião e compartilhá-la no ambiente virtual. Articulados, esses novos narradores fazem a Mídia NINJA. (NINJA, [2013-?]).

A transparência na leitura de uma informação, oriunda de um meio comunicacional democrático, permite o exercício colaborativo na construção de pautas e propaga o conteúdo

em voga, a partir da concepção de relações sociais, sob a estrutura de rede. Esta nova concepção de mídia livre é abordada no artigo *Meios, poder e democracia na América Latina: de celebridades políticas, poderes midiáticos e democracias de simulação*, de Omar Rincón e Ana Lucía Magrini, ao livro “Poder Político e meios de comunicação: da representação política ao reality show”, em que se trava um estudo sobre o processo histórico de representação dos meios de comunicação nos países latino americanos, com relação aos seus vínculos para além da transmissão da informação, em detrimento de quereres e necessidades de um grupo seletivo e detentor do poder de influência sob os demais:

Nos dias de hoje, os meios de comunicação de massa (imprensa, rádio e televisão) mostram mais as agendas dos empresários do que a dos políticos. Esta “seleção de agendas” feita por estes meios não é ingênua, mas responde à lógica da estrutura hegemônica dominante (poder político e poder empresarial) e aos interesses de negócio e interesses políticos dos grupos de mídia. O resultado político é que a mídia expressa agendas hegemônicas, exhibe algumas agendas marginais e ignora agendas sociais e dos cidadãos. Como conclusão, a mídia do poder é *articuladora* de agendas, de sentidos em disputa, de identidades, de recursos de poder, de visibilidades, de agentes sociais e políticos, de projetos políticos que procuram adquirir hegemonia, de controle do espaço público. (RINCÓN e MAGRINI, 2010: 86)

Neste mesmo artigo, os autores afirmam que o desafio político da comunicação através dos meios midiáticos existentes, está em ampliar os padrões e os critérios de interpretação e prática democrática na vida prática, tanto no aspecto social quanto no pessoal (RINCÓN e MAGRINI: 2010:87). Com isto, a Mídia NINJA crê que o seu diferencial está na presença mútua entre ativismo e comunicação, ao relatar uma situação produto de uma demanda social espelhada no espaço urbano de transição das pessoas.

Para a captação de situações em tempo real, um NINJA precisa compreender que para se compartilhar fatos e existências, de antemão é necessário vivenciá-los. Esse trabalho já é realizado nas casas do *Circuito Fora do Eixo*, onde produtores culturais compartilham o espaço físico de forma coletiva e em rede, movimentando uma lógica de mercado interna criada pelos mesmos, que favorece as demandas de atividades culturais, realizadas pelo Fora do Eixo, além de controlar e garantir a subsistência dessas casas e de suas pessoas.

Às transmissões ao vivo, um ninja nunca se encontra sozinho. Seja no âmbito do espaço físico ou no virtual. Munidos de dois tipos de kits para as suas intervenções espaciais, o individual e o de equipe, os materiais que os compõem foram adquiridos de forma coletiva com recursos captados nos festivais independentes de música, promovidos pelo Fora do Eixo:

o primeiro consiste em um celular com internet e laptop, armazenados em uma mochila. Quanto ao segundo, duas câmeras, mesa de corte, microfones, gerador e caixas de som, dispostos para locomoção em um carrinho cor de rosa, devidamente apropriado de um supermercado. Segundo o relato de Bruno Torturra ao artigo *POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores*, do website Observatório de Imprensa, o diferencial do conteúdo informativo de um ninja, se comparado a qualquer outro veículo tradicional, está na “honestidade, a ética, o posicionamento integrado dentro dos protestos e não lançando mão de analistas; sem drones, sem helicópteros, mas testemunhando. E a credibilidade pela não edição, a não mediação de interesses comerciais”.

Adentro da classificação de mídia alternativa, pode-se demarcar a linha de atuação deste grupo midialivrista brasileiro como imprensa alternativa, na categoria de jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada), segundo Cicilia M. Krohling Peruzzo, em “Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”:

Se ocupa, fundamentalmente, em transmitir uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos por ela. Pode também tratar especificamente de política, economia, questões locais, questões juvenis, crítica aos meios de comunicação etc. Seu caráter colaborativo pode ocorrer a partir de duas perspectivas. A primeira, pelo senso de ajuda, partilha e colaboração instituído e praticado, em geral, por voluntários que levam adiante alguma proposta editorial diferenciada. (PERUZZO, 2009a).

Este posicionamento ideológico da Mídia NINJA se esclarece no próprio fato de origem da comunicação alternativa no Brasil, no período da ditadura militar brasileira, proveniente de demandas de movimentos populares inconformados com o *status quo*- sem menosprezar o fato de que nas primeiras décadas do século passado também existiram jornais e outros meios de comunicação alternativa a serviços de trabalhadores (PERUZZO,2009b), assim desenvolvendo outras perspectivas de comunicação, condizentes com os fatores temporais da época em questão, em vias de agregar forças às mudanças sociais e ampliações de direitos de cidadania (PERUZZO, 2009c).

Para que esta proposta midiática independente e virtual se efetue, o grupo se utiliza da tecnologia *streaming*, que nada mais é o envio de informações multimídia por meio da transferência de dados em redes de computadores, através da internet. O conteúdo recebido não é armazenado no computador, apenas temporariamente no *cache* do sistema durante a sua

reprodução, sendo mantido pelo fluxo de mídia enviado de acordo com a capacidade da internet, para a transmissão ao vivo, o *live streaming*. Neste tipo de transmissão, a vantagem é a reprodução de mídias sem a violação de direitos autorais. A POSTV utiliza a plataforma TwitCasting, um aplicativo que permite a realização de transmissões de imagens ao vivo, através das redes sociais Facebook ou Twitter.

Muito se indagou sobre o posicionamento político da Mídia NINJA e jogos de palavras foram jogados nas mais populares mídias que o brasileiro tem acesso: impressa, audiovisual, digital, redes sociais, etc. Pois, em uma reformulação de políticas de acesso a informação, um grupo de jovens de tendência esquerdista investe esforço intelectual e inovador, ao trabalhar de forma efetiva e prática durante as manifestações de Junho de 2013. Este momento histórico proporcionou um solo receptivo a ideias revolucionárias e que, ao mínimo, satisfizessem uma demanda básica de muitos cidadãos brasileiros: o do direito a informação no exercício democrático de ocupação do espaço público. A petulância desse grupo livre e independente obteve retorno imediato, graças à internet, abrindo uma via de mão dupla para com os receptores da informação, permitindo o pleno exercício daquele que o jornalismo tradicional há muito havia perdido.

A credibilidade na capacitação da liberdade de expressão de cada, na transparência e pluralidade de perspectivas dos fatos e de como eles são expostos, fez com que a Mídia NINJA recebesse visibilidade pública nos veículos tradicionais. A via alternativa da internet possibilitou um alcance global das informações captadas pelos ninjas, que colaboraram na divulgação do movimento midialivista, em ascensão principalmente quando adaptados às lutas urbanas dos movimentos sociais. Apesar da destoante ideologia entre os novos e os antigos modelos de disseminação da informação, a importância deste último para a visibilidade em massa é, ainda, imprescindível à construção cultural popular.

Tal credibilidade se expõe justamente na presença de distintos pontos de vista, diante de um fato: o que se passava nas reportagens televisivas, ao vivo, não representava a realidade de quem presenciava as manifestações brasileiras nas ruas e que se espalhava nas redes sociais. A antiga manipulação dos fatos, em prol de uma minoria detentora de capital e poder de influência e agendas governamentais; torna-se uma experiência prática para além do mundo imaginário da TV, e muitos se identificaram com a presente opressão que os meios de comunicação afligem em escala de massa.

E essa liberdade midiática, após Junho de 2013, demonstrou-se viável para todos ao se conscientizar que realmente qualquer pessoa poderia deter uma informação e escolher por divulgá-la ou não. De um relato pessoal, durante as manifestações pude sentir momentos catárticos ao me deparar com colegas da faculdade atuando como ninjas e, conseqüentemente, engajando-se no movimento midiativista por apenas se identificarem com esse modelo de construção de narrativas. Esses encontros críticos do sujeito atuante politicamente em territórios espaciais e virtuais, simultaneamente, revelaram a facilidade comunicacional que o homem possui no convívio diário da cidade, porém reprimido educacionalmente na disseminação ideológica da alienação do ser, impedido de desenvolver seu lado criativo, participativo e crítico. Por isto, a natureza colaborativa da mídia NINJA se visualizava nas chamadas públicas do grupo, via internet nas redes sociais.

O convite a participar como NINJA nas transmissões dos fatos (como apontado por Elizabeth Lorenzotti, no artigo *POSTV, de pós jornalistas para pós telespectadores*, publicado em 25 de junho de 2013, à plataforma online do Observatório da Imprensa, e disponível no anexo F), não se restringe à chamadas no mundo virtual, mas também durante as coberturas nas ruas, em que ninjas parecem se proliferar de acordo com o número de visualizações dos registros. Um grande amigo meu, Bruno Ronsini, declarou que na época das manifestações de junho de 2013, um ninja o abordou durante uma ocupação na Câmara Municipal de Niterói para que pudesse substituí-lo na reportagem, pois precisava ir para outro local. A abordagem espontânea, direta e clara que Bruno recebeu permitiu que os relatos permanecessem distribuídos pela internet, com as instruções de baixar o aplicativo TwitCasting no celular e passagem da senha utilizada pelos ninjas.

A proposta de elaboração do “jornalismo cidadão” (PERUZZO, 2009)/ NINJA, explanou a problemática da violência pública, que a cidade do Rio de Janeiro enfrenta diante da manifestação de qualquer tipo de conflito urbano: a resolução de questões entre sociedade civil e polícia militar, no uso abusivo e arbitrário do poder desta última personagem, a fim de dar continuidade ao sistema de classes, presente no discurso ideológico capitalista. No decorrer das manifestações, a pluralidade de atores políticos presentes nas passeatas- e aqui falo de pessoas que foram exercer o seu papel de cidadão, no direito a ocupação do espaço público- proporcionou a face ofensiva policial àqueles que, até então, nunca antes haviam sofrido na própria pele a violência do Estado, mas que diariamente oferece esse tipo de tratamento aos favelados, suburbanos, pobres e marginalizados da cidade. Experimentou-se

também a omissão roteirizada dos veículos de massa. Para muitos, foi a primeira vez que tomaram gás de pimenta e cacetadas de porrete na vida. E ainda mais, a primeira vez em que muitos da classe média se identificaram com a maior camada da população pobre do país, ao se sentirem impotentes diante da perda progressiva de direitos civis e econômicos ao mercado.

Ao longo deste trabalho, propus uma avaliação da importância do conteúdo midiático em difusão, em relação ao exercício da cidadania na atuação de apropriação do espaço urbano. Porém, as relações sociais no sistema globalizado, regidas pelas leis mercadológicas do Neoliberalismo, se enquadraram ao discurso ideológico propagado pelas transnacionais das comunicações de homogeneização da cultura, a partir da difusão em massa de um modelo ocidentalizado e dito “mundial”, abandonando as particularidades culturais e as suas diferenças. O papel alienante dos meios de comunicação na problematização das ações sociais (HALL, 1997), espelha as suas consequências no cotidiano da população atuante na cidade, tanto em suas relações pessoais como espaciais. Isto é, na sabedoria de que a cultura é o elemento atuante das mudanças históricas da atualidade, conclui-se que as lutas políticas, econômicas e sociais sejam travadas no campo simbólico e discursivo, como aplica Stuart Hall, em *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*:

Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais têm se tornado elementos mediadores em muitos outros processos. A velha distinção que o marxismo clássico fazia entre a “base” econômica e a “superestrutura” ideológica é de difícil sustentação nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infraestrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação de ideias e imagens vigentes nestas sociedades. (HALL, 1997)

Ao mesmo que a mídia tradicional há muito perdeu o seu papel de representatividade com as questões da população civil, no Brasil a televisão transformou-se em mídia de massa e principal formuladora de opinião pública. Tal qual abordado no início deste trabalho, o que se passa e é assistido na televisão se tornou sinônimo de cultura e temática previamente selecionada para o que vem a ser debatido, ou seja, de domínio público. Esta informação já manipulada faz parte da cultura política brasileira, regida pela propagação da violência social, como legitimação do poder público e de sua autonomia governamental. Ao afirmar, historicamente, a constante retirada do Estado na regulamentação dos assuntos culturais, em detrimento da lógica do mercado como responsável por tal, Stuart Hall desenha o cenário das políticas culturais neoliberais dos países do terceiro mundo como artimanhas na consolidação

de uma sociedade de classes, justificando, assim, a base da crise de representatividade social e política que assola o país.

Afinal, seguindo essa lógica de visibilidade pública que a mídia tradicional proporciona, a mesma perpetua o discurso ideológico da classe média compulsiva ao materialismo, que não se identifica com a comissão de políticos que teoricamente o representam na esfera oficial. Esta classe média pós-ditadura militar, que colaborou a recompor a redemocratização brasileira, enraizou sua posição apartidária e de não identificação governamental, tanto pela perda de seus privilégios de consumidor, desde o período de pós “milagre econômico” no país, quanto na manutenção de uma sociedade de classes. A crença da representatividade se encontra mais ávida nos resultados espaciais que a política do mercado e, conseqüentemente, o capital infligem nas realidades espacial e comunicacional dos meios de interação social, ao invés do estado democrático de atuação coletiva e comunitária; como expõe Venício A. de Lima, no texto *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*, à coletânea “Cidades Rebeldes”, ao problematizar esta citação:

A intervenção da imprensa, rádio e televisão no processo político brasileiro requer um estudo linguístico sistemático sobre o “discurso adversário” em relação à democracia, expresso pelos meios de comunicação. Parece-nos possível dizer [...] que os meios de comunicação têm tido uma participação extremamente acentuada na extensão do processo de *system blame* (da tradução literal, *culpar o sistema*). Deve-se assinalar o papel exercido pelos meios de comunicação na formação da imagem pública do regime, sobretudo no que se refere à acentuação de um aspecto sempre presente na cultura política do país- a desconfiança arraigada em relação à política e aos políticos- que pode reforçar a descrença sobre a própria estrutura de representação partidária-parlamentar. O teor exclusivamente denunciatório da grande parte das informações acaba por estabelecer junto à sociedade [...] uma ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos. (LIMA, 2013: 91)

E como afirma Milton Santos:

Já que não mais encontram os remédios que lhe eram oferecidos pelo mercado ou pelo Estado como solução aos seus problemas individuais emergentes, as classes médias ganham a percepção de que já não mandam, ou de que já não mais participam da partilha do poder. Acostumadas a atribuir aos políticos a solução de seus problemas, proclamam, agora, seu descontentamento distanciando-se deles. Elas já não se veem espelhadas nos partidos e por isso se instalam num desencanto mais abrangente quanto à política propriamente dita. Isso é justificado, em parte, pela visão de consumidor desabusado que alimentou durante décadas, agravada com a fragmentação pela mídia, sobretudo televisiva, da informação e da interpretação do processo social. A certeza de não mais influir politicamente é fortalecida nas classes médias, levando-as, não raro, a reagir negativamente, isto é, desejar menos política e menos participação, quando a reação correta poderia e deveria ser exatamente oposta. (SANTOS, 2000:138)

Em 05 de agosto de 2013, o movimento Mídia NINJA participou do programa “Roda Viva”, do canal público TV Cultura. O programa foi criado no período de redemocratização brasileira, com a missão de ampliar os espaços de discussão na televisão aberta, de forma plural, com temas de interesse da população sobre situações do país e do mundo. Após quase um mês da jornada de Junho, e ainda influenciando diretamente no rumo das manifestações sociais daquele ano, principalmente na criação de uma nova narrativa alternativa aos meios de comunicação tradicionais; em uma análise breve da entrevista com os participantes do grupo, Bruno Torturra e Pablo Capilé, nota-se que a mesma adotou um caráter mais inquisitivo que informativo. A própria disposição do programa colaborou para acentuar o cenário de inquisição.

Seguindo o modelo de um talk show, os entrevistados se encontram no centro de uma roda, em uma cadeira giratória, com os entrevistadores assentados em um nível superior, formando assim um círculo em torno deles. Para esse programa, o corpo inquisidor foi composto por intelectuais renomados do meio jornalístico: Suzana Singer (ombudsman da Folha de São Paulo), Alberto Gomes (editor do Observatório da Imprensa), Eugênio Bucci (professor ECA, colunista do Estado de São Paulo e revista Época), Wilson Moherdau (editor da revista Informática Hoje) e Caio Tulio Costa (professor da ESPN), além da participação do cartunista Paulo Caruso. Para além da problematização de um novo meio de se fazer e divulgar um conteúdo informativo, o que seria extremamente rico à proposta inicial do “Roda Viva”, o que se presenciou desde o início do programa foi uma disputa de falas entre os convidados e os entrevistadores.

Muito se indagou sobre os recursos da Mídia NINJA e, conseqüentemente, das casas do Fora do Eixo. A insistência em associar o capital adquirido por este último às atividades dos ninjas e suas publicações, a fim de deslegitimar os ideais que movem a construção da mídia alternativa, pode ser percebido de forma explícita no decorrer do programa, que é transmitido ao vivo. Talvez, por este último fator, o que poderia ser uma armadilha ao grupo, apenas ajudou a complementar a ideia da necessidade de uma revolução nos meios de difusão da comunicação no Brasil, como o próprio líder do movimento ninja manifestou, diante do questionamento sobre a crise do jornalismo (jornais e revistas) em migrar o seu conteúdo à web e ainda obter rentabilidade:

Acho que a sua pergunta diz muito sobre a própria razão pela qual a mídia está em crise financeira, porque ela é vista antes de mais nada como um modelo de negócio, como algo que deve gerar lucro na mesma forma que uma indústria gera. E acho que nas últimas décadas, a informação foi sendo tratada cada vez mais como commodities. Acho que o próprio modo como os jornais migraram para a internet, eles não entenderam que a rede deveria pressupor uma outra lógica econômica também, que não pode ser igual a lógica analógica de um jornal de circulação anacrônico. (TORTURRA, 2013).

Aliás, quando direcionada as perguntas sobre a lógica econômica interna que o Fora do Eixo idealizou e programou no cotidiano dos seus, como citado brevemente neste capítulo, e também sobre as verbas de editais públicos direcionados ao coletivo cultural e não à Mídia NINJA, como se essa se apropriasse dos benefícios de outrem; Pablo Capilé respondia prontamente às insistentes dúvidas sobre a transparência financeira do Fora do Eixo nas suas atividades em rede:

Até porque recurso público não é sinônimo de não independência, né? Ainda mais com políticas públicas de comunicação e de cultura para distribuir isso na ponta. Acho que é fundamental que a gente trabalhe não para criminalizar, mas para levantar a urgência e emergência de conseguir pressionar os governos municipais, estaduais e federais à contribuir (sic) cada vez mais com investimentos dessas novas lógicas de produção do século XXI. Então, acho que é fundamental que a gente tenha a compreensão que independente de receber recurso público ou não, a independência está na sua capacidade de se fortalecer intelectualmente, de construir redes ou tenham autonomia para negociações. (CAPILÉ, 2013).

Ao telespectador, torna-se nítida essa vã tentativa dos entrevistadores de pressionar os “jovens amadores”, para deslegitimar o produto de seus trabalhos e desqualificar, ao vivo em rede nacional, as informações captadas pelos ninjas; quando em determinado momento do programa (42’20”), o entrevistador Eugênio Bucci não obtém êxito em arrancar alguma irregularidade financeira do Fora do Eixo e, de forma brusca, indaga ao Pablo Capilé a sua suposta relação privilegiada com o Partido dos Trabalhadores, especificamente a sua associação com o ex- presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, por meio de fotos divulgadas na presença de figuras políticas. A mudança repentina de assunto, em tom acusatório, transparece a real intenção daqueles que se encontravam posicionados acima das cadeiras giratórias: o interesse não era em debater o rumo do jornalismo no Brasil, mas destruir publicamente aqueles que são uma grande ameaça à atual indústria da comunicação. Recordando que tais fotos estão publicadas na rede social de Pablo e que outras imagens com diversas personagens do mundo político também são expostas pelo mesmo.

Já no final da entrevista (01:02'44''), Eugênio Bucci contextualiza o jornalismo NINJA ao momento de ascensão da mídia alternativa da década de 70, indagando ao Pablo Capilé como a imprensa tradicional pode se servir das experiências e produtos de um ninja. A resposta do representante foi muito além de indicações de como se apropriar de um material, embasando uma crítica à oscilação da mídia em se posicionar diante dos fatos:

Eu acho que isso é muito parecido com o que acontece, por exemplo, no debate dos partidos. Tem uma crise de representatividade e se busca mais participação social. Mas, como se oxigena a representação? Saca (sic), as redes e as ruas também vão conseguir, de alguma forma, oxigenar o debate nesse processo representativo. Então, eu acredito que é muito parecido com o que aconteceu com a imprensa. Então, eu acho que novas lideranças, em que eu particularmente não acredito na lógica de movimento sem liderança- pra mim são movimentos com muito mais liderança. O número de liderança tem aumentado gradativamente. Então, os movimentos sem liderança são de fácil captura. Do mesmo jeito que o Bruno coloca que em determinado momento tem uma fauna aí. Acho que não dá para a gente não falar também, Eugênio, que em determinado momento essa grande imprensa assusta e depois minimaliza, e depois ela apoia e depois ela criminaliza de novo, e ela não sabe muito bem para onde ela vai. Porque a gente brinca que, inclusive, a Globonews agora colocou o M2, tentando chegar na Mídia NINJA. Ele colocou o cara com celular na manifestação, igual tem o P2 agora tem o M2. Só que o cara continua no estúdio e não deixa aquele cara narrar. Então, não adianta nada você ter o cara ali com o celular na mão. Está muito mais escondido para não ser hostilizado, do que para fazer uma cobertura em tempo real. Então, eu acho que esses movimentos de rede de rua e movimentos como o da Mídia NINJA vão conseguir, em certa medida, trazer um oxigênio para o que a gente chama de velha mídia, ou para os partidos que estão em uma crise narrativa muito grande. (CAPILÉ, 2013).

Sendo assim, quando a Mídia NINJA realizou o seu midiativismo, na cobertura das manifestações de Junho de 2013, ela não só ofereceu outra perspectiva dos fatos, como também denunciou a mídia tradicional como principal responsável pela alienação política da população, como apontado em diferentes cartazes com palavras de ordem contra o poderio da rede no território brasileiro e pela omissão política dos protestos; ademais de proporcionar aos manifestantes uma participação política ativa e direta na construção de ferramentas de luta, ou melhor, inserir essa classe média desgostada no exercício da cidadania, por espaços de lutas coletivas. Ao mesmo, o estudo sobre a cidade ganhou importância na compreensão da manutenção da ideologia segregacionista de perpetuação de uma sociedade hierarquizada em classes, a partir das diversas lacunas urbanas que encontraram forças de visibilidade também pelo midiativismo, que sustentou o seu direito de atuação ao direito à cidade (tanto nos seus impedimentos quanto na compreensão de suas acessibilidades).

CONCLUSÃO

Este trabalho propôs uma avaliação crítica a respeito das implicações do domínio do espaço virtual, como ferramenta política legítima às transformações espaciais urbanas, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, justificando-se no uso do midiativismo durante as manifestações de Junho de 2013. A fusão entre esses dois modelos de interação social da contemporaneidade, permitiu não só uma maior visibilidade dos fatos, a partir da divulgação de materiais noticiários independentes pela internet, como ampliou também a participação ativa da população nos movimentos sociais de ocupação de ruas, em protesto.

O que se iniciou como uma crise urbana, a priori com o aumento da tarifa dos transportes coletivos públicos, passando por toda questão da mobilidade na cidade e os seus acessos diferenciados para cada pessoa, de acordo com o seu papel na divisão social do capitalismo neoliberal, que impera a sua ideologia de forma massiva e globalizada; ampliou-se em outra problemática, tão importante quanto, de crise da representatividade dos meios de comunicação. Ambos refletem os sintomas de um Estado de Democracia da não liberdade (MARX, 2005), que perpassa no debate sobre as disputas no campo da narrativa e a importância do poder de fala de cada, como direito do homem, tal qual explicita Paulo Freire:

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, 1997: 109)

Em meio há tantas crises que assolam a maioria da população, que não se vê representada tanto na esfera política quanto na midiática, e com o progresso da ciência da informação, o sentimento de coletivo que se havia perdido encontrou visibilidade e forças no midiativismo, principalmente entre os jovens os brasileiros. Neste trabalho de conclusão, optei por abordar como objeto “principal” o grupo Mídia NINJA, por motivos pessoais de identificação, quando nas jornadas de 2013 pude presenciar e exercer a minha cidadania a partir da apresentação de outra perspectiva dos fatos. As transmissões de dentro das manifestações e, em tempo real, colidiram com aquelas que eu, ao mesmo tempo, visualizava

nos noticiários tradicionais televisivos, que a minha Tia assistia junto a mim. A viralização do saber de cada amigo meu, alertou-me para o fato de que havia algo, no mínimo, estranho: como é possível existir essa diferença tão brusca de perspectivas, estando-se no mesmo local da experiência?

Por meio deste questionamento, entreguei-me ao mundo midiático existente no universo virtual. Há muito mais que a Mídia NINJA. Há um mutirão de calados, que encontraram na internet a ferramenta para *ser mais*, tais como *Observatório Nacional de Favelas* (www.observatoriodefavelas.org.br), *Jornal a Nova Democracia* (www.anovademocracia.com.br) e *Pragmatismo Político* (www.pragmatismopolitico.com.br). A possibilidade de participar do processo de criação da informação, que tem a intenção do sujeito em repassá-la a outrem, está associada a ideia de Paulo Freire, muito abordado neste trabalho, de uma educação problematizadora e crítica, em detrimento daquela maçante narrativa de transmissão de conhecimentos de uma pessoa à outra, a *pedagogia do oprimido*.

Por isto, com base neste conceito, associo o midiativismo à canção de Belchior, anteriormente citada, *Velha Roupa Colorida*. Porque, ao se tomar ciência do seu poder transformador no espaço urbano, por meio desta ferramenta que é o midiativismo, apenas por meio daqueles que sofrem tais opressões diárias, poderá criar um espaço mais democrático *de todos e por todos*, em seu contexto histórico e social, acima de tudo com as suas ferramentas.

O direito de atuação e de transformar a cidade, pode e deve ser exercido por todos, tal qual o direito de viver o presente e usufruir dele a satisfação de nossas necessidades, a partir do reconhecimento delas e de suas existências, todos associados ao espaço de atuação que se encontram. Se indícios apontam para modificações, ou até mesmo se “Assum-preto me responde, o passado nunca mais!” (BELCHIOR, 1976), essas devem partir da ação de cada de exigir a sua liberdade de atuação. E, após as Jornadas de Junho de 2013, tornou-se cada vez mais notável a participação ativa de jovens (aqueles desacreditados e apolíticos), movimentos sociais, grupos de comunidades carentes, etc. no universo de debate sobre políticas culturais e agendas governamentais, por meio comunicacional do midiativismo.

Como exemplo de reflexo político de Junho de 2013, recentemente dois eventos históricos desencadearam em movimentos sociais que, mais uma vez, ganharam visibilidade nas mídias tradicionais, tanto pelo afrontamento às políticas públicas impostas, sem o respaldo da sociedade civil, quanto pela identificação da militância de jovens brasileiros,

ademais da forte presença da sociedade em geral nas ruas e, conseqüentemente, nos relatos alternativos que circulam as redes sociais e ajudam a disseminar conteúdo informativo: as ocupações das escolas da rede pública de São Paulo e o “retorno” dos protestos contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Ambos também tiveram a cobertura da Mídia NINJA.

O primeiro fato se desencadeou com os estudantes da rede pública do Estado de São Paulo, que no início de novembro de 2015 ocuparam diversas escolas do estado em protesto ao projeto de reorganização de colégios, idealizado pelo governante Geraldo Alckmin (PSDB). Com o intuito de fechar mais de 94 unidades e remanejar cerca de 311 mil estudantes a outras unidades, o que surpreendeu o país e o próprio governador da cidade foi a persistência e a vontade de lutar pelo direito à educação, que cada jovem desta ocupação explanou, despertando a cada ato de resistência o alerta da crença na luta pela liberdade do povo, em busca de seus direitos. Este movimento teve origem nos próprios estudantes e se manteve pelos mesmos, servindo como modelo de exercício da cidadania para muitos outros brasileiros que, diariamente, se veem condicionados a lutar pelos seus ideais, mas encontram-se envolvidos pelo medo de se expressar e enfrentar o poder público. Com o bordão “não feche a minha escola”, a cidade de São Paulo e todo o país entraram em alerta ao poder em massa de reivindicação, ao mesmo que presenciavam o desempenho medíocre da Polícia Militar, na tentativa grosseira, vertical e violenta à “manutenção da ordem”. Os registros visuais, dispostos abaixo, exemplificam a organização e as condições de luta desses estudantes:



(Rovena Rosa, 12.11.2015/ Agência Brasil)



(Tiago Queiroz, 12.11.2015/Estadão Conteúdo)



(Marlene Bergamo, 15.11.2015/Folhapress)

O ano de 2016 trouxe, em sua alvorada, o anúncio de mais um aumento na tarifa dos transportes públicos. Os brasileiros, ensaiados desde 2013, retornaram a ocupar as ruas de todo o Brasil, contra o acréscimo de 40 centavos sobre valor tarifário e se depararam, uma vez mais, com a violenta, antidemocrática e obsoleta instituição de preservação da ordem pública, a Polícia Militar. Não mais surpresa, mas experiente, a sociedade civil segue em luta e cada vez mais inspirada a realizar atos de afrontamento explânados. A diversidade de pautas

exploradas pelos movimentos sociais parece fomentar a liberdade de expressão da população. O termo mediação se tornou popular, tanto na prática quanto em registros informativos. E, finalmente, os jovens tomaram para si a responsabilidade de lutar não só pelo seu futuro, mas pelo presente de todos. Com certeza, não mais podem afirmar que a juventude não sabe lutar pelos seus direitos. É inegável também que a cada ocupação urbana em forma de protesto produz uma reflexão cultural sobre o cenário político do nosso país, além de abrir o debate sobre formas e ferramentas de resistência ao direito de transitar pelas ruas. Afinal, como afirma, mais uma vez, Paulo Freire:

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mortificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 1997: 93).

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: 1994.

ANIZELLI, Eduardo. [sem título]. São Paulo, 17 jun.2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contracollor.shtml>>. Acessado em 24 fev. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELCHIOR, Antônio C. G. B. B. Velha roupa colorida. **Alucinação**. Phonogram, p. 1976. Faixa 2.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Territórios transversais. IN: MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 65- 70.

BORGAMO, Marlene. [sem título]. 15 nov. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706690-reporter-da-folha-passa-quatro-dias-em-escola-invadida-e-relata-rotina.shtml>>. Acessado em: 24 fev. 2015.

BUARQUE, Chico. Geni e o Zepelim. In: **Ópera do Malandro**. p.1975. 2 disco sonoro. Lado A. Faixa 5.

CARNEIRO, Júlia Dias. Cartunista brasileiro astro da primavera árabe ‘esboça’ Líbia do futuro. **BBB Brasil**. Rio de Janeiro, 24 ago. 2011. Disponível em : http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110824_latuff_julia_pu.shtml. Acessado em 24 fev.2016.

CHADE, Jamil. Fifa confirma lucro recorde com a Copa, mas “esconde números”. **O Estado de São Paulo**. Zurique, 20 mar. 2015. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-confirma-lucro-recorde-com-a-copa-mas-esconde-numeros,1654731>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. ed. 2. São Paulo: Iluminaras, 2012.

COSTA, Luciano Martins. O Mdiativismo se multiplica. **Observatório da imprensa**. Ed. 760. 21 ago. 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o_midiativismo_se_multiplica/>. Acessado em: 24 fev. 2016.

DOWBOR, Ladislau. Redes Culturais: desafio à velha indústria da cultura. **Fora do Eixo**. 26 set. 2013. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/2013/09/26/redes-culturais-desafio-a-velha-industria-da-cultura/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

FAGNANI, Eduardo. Brasil: dois projetos em disputa. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, n. 84, p. 4-5, jul. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Priberam Informática, s.v “zepelim”, accessed Fevereiro 21, 2016, <https:priberam.pt/dlpo/zepelim>.

HALL, Stuart: The centrality of culture: Notes on the cultural revolutions of our time. IN: THOMPSON, Kenneth (org.), **Media and Cultural Regulation**, London: Sage, 1997. P. 207-238.

HARVEY, David. A Liberdade da cidade. IN: MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 27-34.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISHIBASHI, Adriano. [sem título]. Rio de Janeiro, 21 jun. 2013. 2 fotografias. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/> >. Acessado em: 24 fev. 2016.

KRIEGER, Renate. Ascensão da Mídia Ninja põe em questão imprensa tradicional no Brasil. **Deutsche Welle**. 01 ago. 2013. Disponível em: < <http://dw.com/p/19HrQ>>. Acessado em: 24 fev. 2016.

KENGI, Caio. [sem título]. São Paulo, 20 jun. 2013. 2 fotografias. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/> >. Acessado em 24 fev. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. IN: LUZ, Semilla. [sem título]. 25 jun. 2013. 1 fotografia. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas>>. Acessado em 24 fev. 2016.

LORENZOTTI, Elizabeth. POSTV, de pós jornalistas para pós telespectadores. **Observatório da Imprensa**. Ed. 752. 25 jun. 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_tespectadores/>. Acessado em 24 fev. 2016.

MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 89- 94.

MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, Andréia. “Ser cartunista hoje é a profissão mais perigosa do Oriente Médio”: diz autor jordânico. **UOL Notícias**. São Paulo, 17 abr. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/04/17/ser-cartunista-e-a-profissao-mais-perigosa-do-orientes-medio- hoje-diz-autor-jordaniano.htm>>. Acesso em 24 fev. 2016.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia de direito de Hegel**. 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MERCADANTE, A.; TAVARES, M. C. **Eixos de um novo modelo**. *Teoria e debate*, São Paulo, 2001. N. 49.

MÍDIA NINJA. **Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 05 ago. 2013. Programa de TV. Disponível em: < <https://youtube.com/watch?v=t1AA-ZUDL7o>>. Acessado em 24 fev. 2016.

MPL-SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. IN: MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 13-18.

NINJA, Mídia. Quem somos. **Ninja.Oximity**. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>> . Acessado em: 24 fev. 2016.

NUNOMURA, Eduardo. Respeitosamente vândala. **Revista CULT**. Ed. 188. Disponível em: < <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/03/respeitosamente-vandala/>>. Acessado em: 24 fev. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARK, Robert, On Social Control and Collective Behavior, Chicago 1967, p. 3.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e a comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

QUEIROZ, Tiago. [sem título]. 12 nov. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/contra-fechamentos-alunos-continuam-ocupacao-em-ao-menos-seis-escolas-estaduais-de-sao-paulo-13112015>>. Acessado em 24 fev. 2015

RINCÓN, Omar; MAGRINI, Ana Lucía. Meios, poder e democracia na América Latina: de celebridades políticas, poderes midiáticos e democracias de simulação. IN: SORJ, Bernardo (Org.). **Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. P. 75-104.

RIO- NEGÓCIOS. Home. **Rio Negócios**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: < <http://rio-negocios.com/home/>>. Acessado em: 24 fev. 2016.

ROSA, Rovená. [sem título]. 12 nov. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-escola-ocupada-por-alunos-em-sp>>. Acessado em: 24 fev. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SEIXAS, Raul. Eu também vou reclamar. In: **Há 10 Mil Anos Atrás**. Philips Records, p1976. Faixa 6.

SORJ, Bernardo (Org.). **Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SOUSA, Gonçalo. Como as redes sociais provocaram a Primavera Árabe. **Estratégia Digital**. 04 mar. 2014. Disponível em:< <http://www.estrategiadigital.pt/como-as-redes-sociais-provocaram-a-primavera-arabe/>>. Acesso em 24 fev. 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANEXOS

- ANEXO A- De frente com um ninja

-Nome completo:

-Idade:

-Profissão:

-Onde reside?

-Como foi a sua primeira experiência como um ninja?

Você participou de alguma cobertura ao vivo durante as manifestações de junho de 2013?

Conte como foi

-Ademais do reconhecimento dos seguidores das páginas em redes sociais, você se sente contemplado como jornalista por seus familiares, amigos, meio profissional etc.?

-Após junho de 2013, a mídia ninja ganhou visibilidade tanto nas redes sociais quanto nos veículos midiáticos tradicionais (jornal impresso, rádio, TV). Estes demonstraram resistência em considerar o conteúdo informativo da NINJA, atacando com diversas críticas a fim de deslegitimar o movimento de midiativismo, sendo uma delas ao Fora do Eixo e pela ausência de transparência em seu financeiro. Como a Mídia NINJA se posiciona, até hoje, quanto a essas acusações? Sabendo que a Mídia NINJA preza pela transparência nos processos de produção do jornalismo alternativo, como para legitimar o conteúdo abordado, e que a mesma surgiu de dentro do Fora do Eixo.

-Poderia citar uma experiência de cobertura pós-junho de 2013, onde você conseguiu sentir a importância dos reflexos da Mídia NINJA dessa data histórica ao que você registrava naquele momento?

-Como você visualiza as ocupações urbanas dos movimentos sociais no contexto democrático atual do Brasil?

- ANEXO B- Letra de Chico Buarque, “Geni e o Zepelim”.

De tudo que é nego torto

Do mangue e do cais do porto
Ela já foi namorada
O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada

Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato
É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazarentos
Dos moleques do internato

E também vai amiúde
Com os velinhos sem saúde
E as viúvas sem porvir
Ela é um poço de bondade
E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir

Joga pedra na Geni!
Joga pedra na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!

Um dia surgiu, brilhante
Entre as nuvens, flutuante
Um enorme zepelim
Pairou sobre os edifícios
Abriu dois mil orifícios

Com dois mil canhões assim

A cidade apavorada

Se ficou paralisada

Pronta pra virar geleia

Mas do zepelim gigante

Desceu o seu comandante

Dizendo: "Mudei de ideia!"

Quando vi nesta cidade

Tanto horror e iniquidade

Resolvi tudo explodir

Mas posso evitar o drama

Se aquela formosa dama

Esta noite me servir

Essa dama era Geni!

Mas não pode ser Geni!

Ela é feita pra apanhar

Ela é boa de cuspir

Ela dá pra qualquer um

Maldita Geni!

Mas de fato, logo ela

Tão coitada e tão singela

Cativara o forasteiro

O guerreiro tão vistoso

Tão temido e poderoso

Era dela, prisioneiro

Acontece que a donzela

(E isso era segredo dela)

Também tinha seus caprichos
E ao deitar com homem tão nobre
Tão cheirando a brilho e a cobre
Preferia amar com os bichos

Ao ouvir tal heresia
A cidade em romaria
Foi beijar a sua mão
O prefeito de joelhos
O bispo de olhos vermelhos
E o banqueiro com um milhão

Vai com ele, vai, Geni!
Vai com ele, vai, Geni!
Você pode nos salvar
Você vai nos redimir
Você dá pra qualquer um
Bendita Geni!

Foram tantos os pedidos
Tão sinceros, tão sentidos
Que ela dominou seu asco
Nessa noite lancinante
Entregou-se a tal amante
Como quem dá-se ao carrasco

Ele fez tanta sujeira
Lambuzou-se a noite inteira
Até ficar saciado
E nem bem amanhecia
Partiu numa nuvem fria
Com seu zepelim prateado

Num suspiro aliviado
Ela se virou de lado
E tentou até sorrir
Mas logo raiou o dia
E a cidade em cantoria
Não deixou ela dormir

Joga pedra na Geni!
Joga bosta na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!

Joga pedra na Geni!
Joga bosta na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!

- ANEXO C- Letra de Raul Seixas, “Eu também vou reclamar”.

Mas é que se agora
Pra fazer sucesso
Pra vender disco
De protesto
Todo mundo tem
Que reclamar

Eu vou tirar
Meu pé da estrada
E vou entrar também
Nessa jogada
E vamos ver agora
Quem é que vai güentar

Porque eu fui o primeiro
E já passou tanto janeiro
Mas se todos gostam
Eu vou voltar

Tô trancado aqui no quarto
De pijama porque tem
Visita estranha na sala
Aí eu pego e passo
A vista no jornal

Um piloto rouba um "mig"
Gelo em Marte, diz a Viking
Mas no entanto
Não há galinha em meu quintal
Compro móveis estofados
Me aposento com saúde
Pela assistência social

Dois problemas se misturam
A verdade do Universo
A prestação que vai vencer
Entro com a garrafa
De bebida enrustida
Porque minha mulher

Não pode ver

Ligo o rádio

E ouço um chato

Que me grita nos ouvidos

Pare o mundo

Que eu quero descer

Olhos os livros

Na minha estante

Que nada dizem

De importante

Servem só prá quem

Não sabe ler

E a empregada

Me bate à porta

Me explicando

Que tá toda torta

E já que não sabe

O que vai dá prá mim comer

Falam em nuvens passageiras

Mandam ver qualquer besteira

E eu não tenho nada

Prá escolher

Apesar dessa voz chata

E renitente

Eu não tô aqui

Prá me queixar

E nem sou apenas o cantor

Que eu já passei

Por Elvis Presley

Imitei Mr. Bob Dylan, you know...

Eu já cansei de ver

O Sol se pôr

Agora eu sou apenas

Um latino-americano

Que não tem cheiro

Nem sabor

E as perguntas continuam

Sempre as mesmas

Quem eu sou?

Da onde venho?

E aonde vou, dá?

E todo mundo explica tudo

Como a luz acende

Como um avião pode voar

Ao meu lado um dicionário

Cheio de palavras

Que eu sei que nunca vou usar

Mas agora eu também resolvi

Dar uma queixadinha

Porque eu sou um rapaz

Latino-americano

Que também sabe

Se lamentar

E sendo nuvem passageira

Não me leva nem à beira

Disso tudo

Que eu quero chegar

-E fim de papo!

- ANEXO D- Letra de Belchior, “Velha roupa colorida”.

Você não sente nem vê

Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo

Que uma nova mudança em breve vai acontecer

E o que há algum tempo era jovem novo

Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer

Nunca mais meu pai falou: "She's leaving home"

E meteu o pé na estrada, "Like a Rolling Stone..."

Nunca mais eu convidei minha menina

Para correr no meu carro...(loucura, chiclete e som)

Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido

O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quero cartaz

No presente a mente, o corpo é diferente

E o passado é uma roupa que não nos serve mais

No presente a mente, o corpo é diferente

E o passado é uma roupa que não nos serve mais

Como Poe, poeta louco americano,

Eu pergunto ao passarinho: "Black bird, o que se faz?"

Haven never haven never haven

Black bird me responde

Tudo já ficou atrás

Haven never haven never haven

Assum-preto me responde

O passado nunca mais

Você não sente não vê

Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo

Que uma nova mudança em breve vai acontecer

O que há algum tempo era jovem novo,

Hoje é antigo

E precisamos todos rejuvenescer (bis)

E precisamos rejuvenescer.

- Anexo E- Registros fotográficos de cartazes em manifestações de Junho de 2013.



(Semilla Luz, 25.06.2013/ Flickr- CC BY 2.0)



(Adriano Ishibashi, 21.06.2013/G1)



(Semilla Luz, 25.06.2013/ Flickr- CC BY 2.0)



(Adriano Ishibashi, 21.06.2013/ G1)



(Caio Kengi, 20.06.2013/ G1)



(Caio Kenji, 20.06.2013/ G1)

- Anexo F- Convocatória da Mídia NINJA no Facebook, a partir do site do Observatório de Imprensa.

Postado em 23 de junho de 2013.

“Fotógrafos, repórteres, cinegrafistas, cidadãos a fim de entrar em nossas tropas, escrevam para midianinja@gmail.com dizendo de onde são e como podem colaborar. Estamos começando a cadastrar gente do país todo. Primeiro passo na montagem de uma rede nacional de jornalismo independente antes do lançamento do nosso site. Quem anima?”

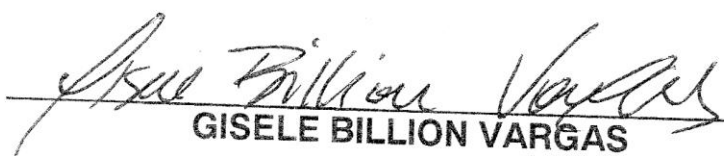


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

Niterói, 22/03/2016

Eu, **GISELE BILLION VARGAS**, CPF 105.644.877-67, formando(a) do curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada **“A “VELHA ROUPA COLORIDA” DAS REVOLTAS DE JUNHO: O MADIATIVISMO E O DIREITO À CIDADE”** defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.


GISELE BILLION VARGAS

